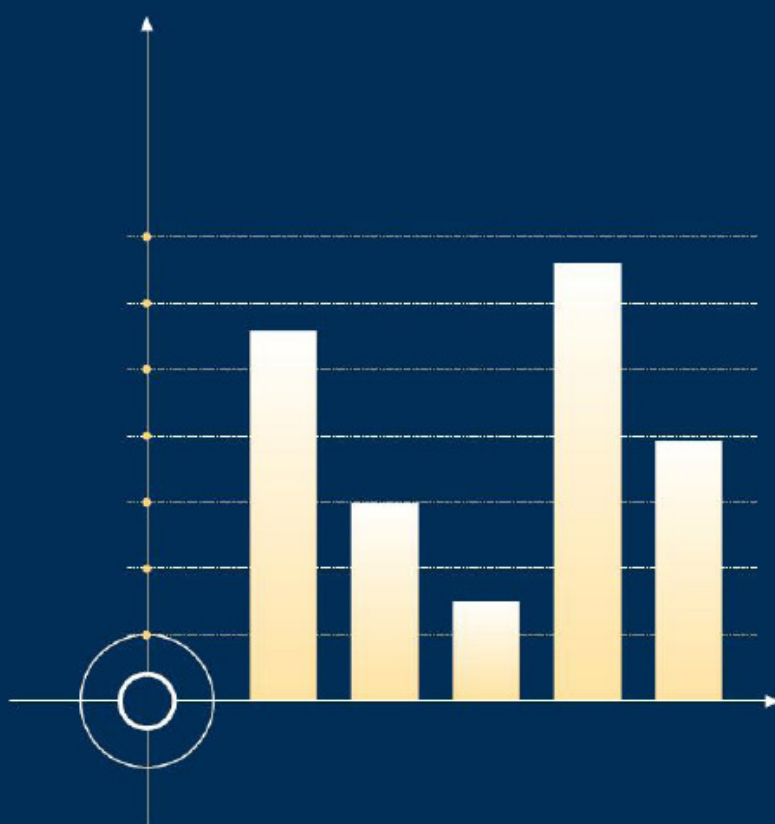


Relatório *Mensal* **de Economia**

Edição da Associação Empresarial de Portugal



RELATÓRIO MENSAL DE ECONOMIA – Nº 175

EDIÇÃO DA

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

JANEIRO 2010

DESTAQUE	3
ECONOMIA INTERNACIONAL.....	5
ECONOMIA NACIONAL	22
PRINCIPAIS SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS	48

DESTAQUE

Economia Internacional

(...) o BCE continuará a retirar de forma gradual as medidas extraordinárias de fomento da liquidez (...) (p.6)

[No] terceiro trimestre de 2008, o PIB da zona do euro terá crescido 0,4% relativamente ao trimestre anterior e decrescido 4,0% relativamente a igual trimestre de 2008. (p.6)

Os dados de Novembro do Eurostat para a zona do euro indicam uma melhoria no desempenho industrial (...) (p.7)

Os últimos resultados (...) continuam a apontar para uma melhoria do clima de confiança dos agentes económicos, tanto na zona do euro como na EU (...) (p.9)

(...) a informação mais recente do instituto Conference Board sugere uma retoma gradual da economia norte-americana no primeiro semestre de 2010. (p.12)

Em Dezembro, salienta-se a depreciação do euro face ao dólar e à libra (...) (p.15)

Os principais índices accionistas internacionais voltaram a valorizar em Dezembro, reflectindo a conjuntura económica global mais favorável. (p.16)

O mês de Dezembro pautou-se por uma nova recuperação dos preços médios da generalidade das matérias-primas (...) (p.18)

O preço médio do barril de brent recuou 3% em Dezembro (...) (p.18)

(...) Pascal Lamy afirmou que 2010 será o ano em que (...) os países membros devem decidir se o Doha Round é exequível, propondo que a última semana de Março seja reservada para esta reflexão. (p.19)

Economia Nacional

As previsões apresentadas para 2010 são mais optimistas que as divulgadas anteriormente pelo Banco de Portugal, apontando, agora, para um crescimento de 0,7% (...) (p.22)

De acordo com um estudo do BPI, a dívida pública consolidada (...) atingiu 100% do PIB em 2009 (...) (p.25)

A subida do défice [do subsector Estado] traduziu o acréscimo de 6% na despesa e o recuo de 15% na receita total (...) (p.26)

A entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social ficou adiada para 1 de Janeiro de 2011 (...) (p.29)

O valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2010 foi fixado em 475 euros. (p.29)

Em Dezembro, as taxas de juro no mercado monetário europeu mantiveram-se estáveis em mínimos históricos pelo terceiro mês consecutivo (...) (p.32)

O índice accionista nacional de referência recuperou uma trajectória de subida em Dezembro (...) (p.33)

O indicador de clima económico do INE (...) regrediu ligeiramente em Dezembro, depois da forte recuperação que se fez sentir desde Maio. (p.34)

O índice de produção industrial acentuou o ritmo de quebra homóloga em Novembro (...) (p.39)

Em Dezembro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de -0,1%. A variação média em 2009 foi -0,8%. (p.43)

O indicador de competitividade-custo para a economia portuguesa (...) registou, no terceiro trimestre de 2009, um aumento em termos homólogos de 3,5% revelando uma forte deterioração da competitividade da economia portuguesa (p.44)

ECONOMIA INTERNACIONAL

1. UNIÃO EUROPEIA / ZONA EURO

1.1. Envolvente

O Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, iniciaram em Janeiro o exercício pleno dos cargos para que foram eleitos, em 1 de Dezembro, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

A primeira reunião do Conselho presidida por Catherine Ashton, em 18 de Janeiro, foi convocada extraordinariamente para coordenar a ajuda humanitária da UE ao Haiti na sequência do recente terramoto devastador.

No debate que teve lugar no parlamento europeu, o Presidente Zapatero, sublinhou como prioridades da presidência espanhola da União Europeia a redução da dependência energética, a promoção do comércio electrónico entre os Estados-membros, o desenvolvimento da indústria dos veículos eléctricos e a melhoria da qualidade das universidades.

1.2. Política Monetária

Indicadores monetários e financeiros – zona do euro

	09: I	09: II	09: III	09: IV	Ago-09	Set-09	Out-09	Nov-09	Dez-09
Agregado Monetário M3 ⁽¹⁾	5,60	4,10	2,50	-	3,10	2,50	1,60	0,60	-
Taxas de Juro Mercado Monetário									
- taxa <i>overnight</i>	1,38	0,77	0,36	0,36	0,35	0,36	0,36	0,36	0,35
- Euribor a 3 meses	2,01	1,31	0,87	0,72	0,86	0,77	0,74	0,72	0,71
<i>Yields</i> Obrig. Estado a 10 anos ⁽²⁾	3,88	3,99	3,69	3,67	3,68	3,64	3,68	3,57	3,76
Taxas de Juro Bancárias									
- Depósitos a prazo até 1 ano	2,71	1,92	1,73	-	1,72	1,61	1,68	1,67	-
- Emprést. até 1 ano a empresas ⁽³⁾	4,36	3,73	3,45	-	3,42	3,36	3,33	3,34	-

Fonte: Banco Central Europeu; valores médios do período, em percentagem;

(1) Taxa de variação homóloga em média móvel de três meses, em percentagem. Valores corrigidos de todas as detenções de instrumentos negociáveis por agentes residentes fora da área do euro.

(2) Obrigações com notação AAA.

(3) Taxas de juro para empréstimos a taxa variável até 1 milhão de euros.

Com base nas habituais análises económica e monetária, o Banco Central Europeu (BCE) voltou a deixar os seus referenciais de política monetária inalterados em mínimos históricos (1%,

considerando a taxa mínima das operações principais de refinanciamento), mantendo a argumentação de base.

Os indicadores monetários sugerem uma reduzida pressão inflacionista, confirmada pela perspectiva de uma retoma gradual e moderada implícita nos indicadores de actividade económica, embora se espere alguma irregularidade dado o carácter temporário dos actuais factores de apoio e o ajustamento dos balanços.

O BCE revelou ainda que continuará a apoiar o crédito bancário, mas tendo em conta a melhoria das condições nos mercados financeiros e procurando evitar as distorções associadas à manutenção de medidas não convencionais de política monetária **por muito tempo**. Neste sentido, **o BCE continuará a retirar de forma gradual as medidas extraordinárias de fomento da liquidez**, prometendo “acompanhar atentamente todos os desenvolvimentos”.

No que se refere a outras políticas com impacto sobre as condições monetárias, **foi salientada, para além da urgência de estratégias de consolidação orçamental credíveis na área do euro, a importância de uma reestruturação apropriada no sector bancário**. A melhoria dos balanços dos bancos, a gestão efectiva do risco e a transparência e robustez dos modelos de negócio foram factores apontados pelo BCE como essenciais para a estabilidade financeira e o crescimento económico sustentável.

1.3. Economia Real

Segundo as estimativas do Eurostat para **o terceiro trimestre de 2008, o PIB da zona do euro terá crescido 0,4% relativamente ao trimestre anterior e decrescido 4,0% relativamente a igual trimestre de 2008. Relativamente à União Europeia no seu conjunto o PIB terá aumentado 0,3% e diminuído 4,3% relativamente ao terceiro trimestre de 2008.**

Ao contrário do ocorrido no segundo trimestre de 2009, **a principal contribuição para o crescimento trimestral positivo foi a variação de existências. A procura interna** (excluindo variação de *stocks*) **continuou a contribuir negativamente para a evolução do PIB.**

No que se refere ao comércio externo, os dados do Eurostat apontam para um excedente da balança comercial da zona do euro de 4,8 mil milhões de euros em Novembro contra um défice de 7 mil milhões de euros em igual mês de 2008 e um excedente de 6,6 mil milhões em Outubro. Estes números decorrem de uma queda das exportações entre Setembro e Outubro de 0,4% e de um aumento das importações de 0,3% (valores ajustados da sazonalidade).

O conjunto da União Europeia apresentou neste mês um défice de 5,8 mil milhões de euros na balança comercial contra um défice de 24,4 mil milhões de euros em Outubro de 2008 e um défice de -4,8 mil milhões de euros em Outubro de 2009. Entre Outubro e Novembro de 2009 as exportações aumentaram 1,9% e as importações aumentaram de 1,5%.

No período de Janeiro a Outubro de 2009 a União Europeia a apresentou um défice energético de 191,8 mil milhões de euros contra um défice de 323,5 mil milhões de euros em igual período de 2008. A balança comercial da União foi excedentária com os Estados Unidos e a Suíça e deficitária com a China e a Rússia, como aconteceu no período anteriormente analisado de Janeiro a Setembro de 2009.

Os dados de Novembro do Eurostat para a zona do euro indicam uma melhoria no desempenho industrial, tendo a produção aumentado, em termos mensais 1,0% na zona do euro e 0,9% no conjunto da UE. Em termos homólogos, registou-se, ainda, uma queda apreciável deste indicador, caindo 7,1% na zona do euro e 6,4% no conjunto da União. No entanto, esta queda na produção industrial em termos anuais é menor que a verificada em Outubro, indiciando claros sinais de desaceleração.

O desempenho do indicador no mês em análise apresentou novamente algumas disparidades entre as suas componentes.

Produção Industrial

Zona Euro a 16	Jun 09	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09
Total da Indústria	-16,7	-15,8	-15,1	-12,7	-10,9	-7,1
Bens Intermédios	-22,2	-20,2	-19,4	-15,7	-12,2	-5,9
Energia	-6,2	-5,6	-6,1	-7,3	-6,0	-6,2
Bens de capital	-22,2	-23,5	-22,0	-18,3	-16,7	-13,0
Bens de consumo duradouro	-23,6	-20,4	-19,5	-15,3	-14,3	-8,7
Bens de consumo não duradouro	-2,6	-1,5	-2,7	-1,0	-2,5	-1,1

Fonte: Eurostat; tvh em %, valores revistos

Ao nível dos maiores Estados-membros, e em termos homólogos, saliente-se a queda menos pronunciada da produção industrial na Itália (passando de uma tvh de -9,0% em Outubro para -3,3%). Em Espanha, a queda (de 5,7%) foi também inferior à registada em Outubro (9,2%). Registe-se, ainda um novo agravamento verificado na Irlanda de 3,4% para -9,4% em tvh. Fora da zona do euro, a produção industrial do Reino Unido passou de uma tvh de -8,0% para -4,9% no mês de Novembro.

Em relação aos indicadores de procura interna final, os **dados do Eurostat mostram que o volume de negócios do comércio a retalho em Novembro se deteriorou novamente na zona do euro, caindo 1,2% e na totalidade da UE (0,8%). Em termos homólogos as quedas foram de 4,0% e 2,1% respectivamente.**

Volume de Negócios no Comércio a Retalho

	Jun 09	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09
União Europeia	-1,5	-1,0	-1,6	-2,2	-0,5	-2,1
Zona Euro a 16	-2,1	-1,5	-2,1	-2,8	-1,3	-4,0

Fonte: Eurostat; tvh em %, com correcção de dias úteis.

Em Dezembro, a taxa de variação homóloga dos preços na zona do euro fixou-se em 0,9%, mais 0,4 p.p. do que em Novembro. No conjunto da União Europeia os preços aumentaram 1,4%, também em tvh, mais 0,4p.p. do que em Novembro.

Inflação

	Tvh			Taxas médias de 12 meses	Taxas mensais
	Dez 09	Nov 09	Out 09	Dez 09	Dez 09
Zona Euro	0,9	0,5	-0,1	0,3	0,3
UE	1,4	1,0	0,5	1,0	0,2

Fonte: Eurostat; variação em % do IHPC – índice harmonizado de preços no consumidor; valores sujeitos a revisão.

Entre os países da zona do euro, as taxas homólogas de inflação mais baixas verificaram-se novamente em Portugal (-0,1%), em Malta (-0,4%) e na Irlanda (-2,6%) e as mais elevadas na Grécia e no Luxemburgo (2,6% e 2,5%) respectivamente. No Reino Unido não há dados disponíveis para Dezembro. Na Espanha os preços subiram, também em termos homólogos, 0,9%

De acordo com dados do Eurostat (ajustados de sazonalidade), a taxa de desemprego da zona do euro fixou-se em 10,0% no mês de Novembro, ou seja, 0,1 p.p. acima do valor de Outubro. O Eurostat estima assim que 15,712 milhões de pessoas na zona do euro (mais 102.000 que em Outubro e mais 3 milhões que no mesmo mês de 2008) se encontrassem em situação de desemprego no mês em destaque. Considerando o cômputo geral da UE, a taxa de desemprego aumentou também 0,1 p.p. para 9,5% com cerca de 22,899 milhões de desempregados.

Taxa de Desemprego

	Jun 09	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09
UE	8,9	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5
Zona Euro a 16	9,4	9,5	9,6	9,8	9,9	10,0

Fonte: Eurostat; % da população activa, dados ajustados de sazonalidade.

Os países da zona do euro (com dados disponíveis) com taxas de desemprego mais baixas eram, em Novembro, a Holanda (3,9%) e a Áustria (5,5%). Por outro lado, o país com taxa mais alta de desemprego era a Espanha (19,4%). A taxa de desemprego subiu na maioria dos países da União.

Os últimos resultados fornecidos pelos inquiridos aos consumidores e às empresas (compilados pela Comissão Europeia) **continuam a apontar para uma melhoria do clima de confiança dos agentes económicos, tanto na zona do euro como na UE** (ver gráfico abaixo).

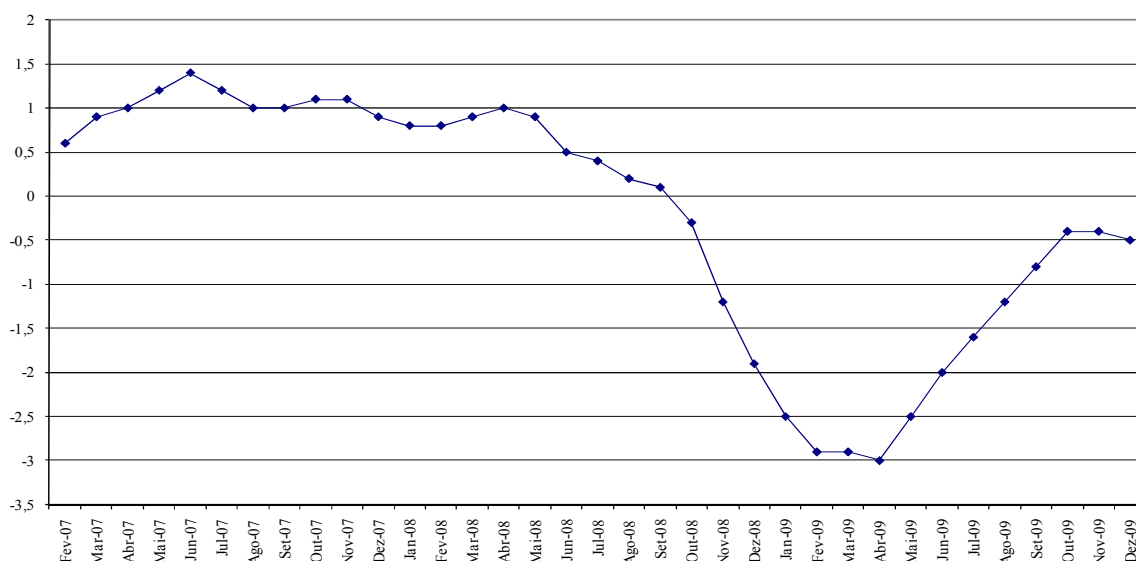
Indicador de Confiança na União Europeia

	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09	Dez 09
Indústria	-30	-26	-24	-20	-19	-16
Serviços	-19	-11	-11	-11	-9	-3
Consumidores	-21	-20	-17	-15	-15	-14
Comércio a retalho	-14	-12	-11	-12	-6	-6
Construção	-37	-36	-35	-34	-32	-33
= Indicador do Clima Económico (ESI)	75,0	80,9	82,6	86	87,9	92,0

Fonte: Comissão Europeia

No mês de Dezembro, este indicador melhorou para os 91,3 pontos (aumento de 2,5 pontos) na zona do euro, permanecendo, contudo, ainda num patamar abaixo da sua média de longo prazo (valor de referência 100). O indicador de clima na UE apresentou uma evolução semelhante. A grande maioria dos países da União Europeia registou evoluções favoráveis neste indicador (entre outros, a Grécia e Portugal são excepções, tendo sofrido ligeiras deteriorações do indicador). Ao contrário de Novembro, no Reino Unido o indicador recuperou em 9,2 pontos.

Índice de Clima Económico - Portugal



Fonte: INE

2. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

2.1. Envolvente Política, Social e Económica

Na reunião de política monetária de Dezembro, **a Reserva Federal manteve a sua principal taxa de juro de referência (*fed funds rate*) dentro do intervalo de 0 a 0,25%, bem como a indicação de que o nível permanecerá baixo por um período prolongado, e confirmou que irá terminar os programas de emergência de liquidez até Março.** A decisão foi justificada com a progressiva recuperação da actividade económica (destacando-se os sinais de melhoria no sector residencial e de menor deterioração no mercado de trabalho), e a necessidade de manter um apoio à actividade económica numa altura em que a taxa de utilização da capacidade produtiva é ainda reduzida, condicionando o aparecimento de pressões inflacionistas.

O anterior Presidente da Reserva Federal, **Alan Greenspan, alertou para a necessidade de um acordo entre os partidos democrata e republicano com vista a eliminar o maior desequilíbrio orçamental do pós-guerra.**

Em Dezembro, **o Presidente Obama apelou aos bancos regionais para aumentarem os empréstimos às pequenas e médias empresas, prometendo, em troca, uma redução da burocracia do Estado.**

O Governo norte-americano **revelou que irá estender o crédito de imposto para o investimento em energia “limpa” em 5 mil milhões de dólares, com vista a aumentar o emprego e fomentar o uso de energia renovável.** A medida, ainda sujeita à aprovação no Congresso, permitirá aos produtores de painéis solares e de turbinas de vento receberem um crédito de imposto de 30%.

Em termos de reformas estruturais, a Administração Obama obteve duas vitórias importantes, embora ainda não decisivas, no mês de Dezembro.

No início do mês, **foi aprovada na Câmara de Representantes uma proposta de reforma do sistema financeiro,** faltando ainda a confirmação do Senado. **O diploma legal prevê,** entre outras medidas, **a criação de uma agência de protecção dos consumidores de produtos financeiros, a possibilidade do Governo actuar sobre uma instituição financeira em dificuldades,** a passagem pelo mercado de mais instrumentos financeiros derivados e a atribuição de um voto não vinculativo aos accionistas das empresas na decisão das remunerações dos administradores.

No dia 24 de Dezembro, o Senado aprovou uma proposta de reforma do sistema de saúde norte-americano, decisão considerada histórica pelo Presidente Obama, embora ainda falte a

reconciliação com a versão já aprovada na Câmara de Representantes e a votação da versão final pelas duas câmaras do Congresso. A actual proposta prevê o acesso a serviços médicos a mais 31 milhões de norte-americanos, estimando-se que 94% da população com menos de 65 anos esteja coberta por seguros de saúde em 2019, com subsídios para os grupos de menor rendimento.

Já no início de Janeiro, a Administração Obama anunciou que está a preparar um imposto sobre a banca, a incluir no próximo Orçamento Federal, de modo a compensar o erário público das ajudas ao sector.

2.2. Economia Real

O mais recente relatório de conjuntura da Reserva Federal (Livro Bege), com informação até início de Janeiro, **evidenciou uma nova melhoria, ainda que modesta, nos principais indicadores económicos analisados** (vendas a retalho e actividade na indústria, construção e serviços), **mas agora abrangendo mais distritos. Os relatórios estaduais continuaram a reportar pressões pouco significativas nos salários e nos preços dos bens finais**, embora tenham salientado a subida das cotações dos metais.

O índice de preços no consumidor registou uma variação homóloga positiva em Dezembro (2,7%, mais 0,9 p.p. que no mês precedente, traduzindo a subida mais forte desde Outubro de 2008), **pelo segundo mês consecutivo, o que não evitou uma quebra de 0,4% em 2009, a primeira desde 1955. A taxa de inflação subjacente, que exclui as componentes de energia e alimentação, aumentou de forma marginal em Dezembro** (0,1 p.p.), para uma tvh de 1,8%, valor semelhante ao verificado no cômputo de 2008 (1,7%), **significando que a aceleração do índice geral no último mês do ano teve origem naquelas rubricas, com destaque para a energia. Note-se ainda que a aceleração ocorre, em parte, por um efeito de base**, devido à forte quebra dos preços das matérias-primas no final de 2008, no auge da crise económica internacional.

No que se refere às componentes da procura, destaca-se a aceleração das despesas de consumo em Novembro (para uma taxa de variação mensal de 0,4%, e homóloga de 0,8%, após 0,2% e 0,7% em Outubro, respectivamente), **em termos reais, mantendo-se a progressão mensal do rendimento disponível** (em 0,2%).

Em termos de dados sectoriais, a informação mais recente deu conta de uma menor quebra da actividade na indústria e na construção, e uma retoma do crescimento, embora ligeira, nos serviços:

- o índice de produção industrial atenuou significativamente o ritmo de perda homóloga no final de 2008 (2,1% em Dezembro, face a 4,5% no quarto trimestre e 9,3% no terceiro);
- nos serviços, o índice compósito de actividade ISM subiu para 50,1 pontos em Dezembro, sinalizando um crescimento muito ligeiro da actividade (a referência de expansão é 50 pontos); o índice situou-se acima dos 50 pontos em 3 dos últimos quatro meses de 2009;
- o indicador de despesa na construção evidenciou um menor perda homóloga em Novembro (13%, em termos nominais, após uma descida de 14,6% em Outubro), tanto no segmento residencial como no resto do mercado.

De acordo com o Departamento do Trabalho, **a taxa de desemprego dos Estados Unidos manteve-se em 10% no mês de Dezembro, tendo-se situado em 9,3% na média de 2009. Estes são os níveis mais elevados da taxa de desemprego desde 1983**, correspondendo a cerca de 15 milhões de desempregados.

O inquérito por estabelecimento mostrou uma diminuição pouco significativa do emprego não agrícola em Dezembro, após a primeira subida em quase dois anos no mês anterior, segundo informação revista. Este comportamento acompanhou a evolução nos serviços, mantendo-se quebras pouco acentuadas na indústria e construção.

No que se refere aos indicadores avançados, a informação mais recente do instituto Conference Board sugere uma retoma gradual da economia norte-americana no primeiro semestre de 2010. O índice dos indicadores avançados aumentou a maior ritmo em Novembro (subida mensal de 0,9%), enquanto o índice de confiança dos consumidores aumentou pelo segundo mês consecutivo em Dezembro (50,6 para 52,9 pontos). A melhoria da confiança dos consumidores reflectiu uma avaliação menos desfavorável das perspectivas de emprego, que têm condicionado a evolução do índice nos últimos meses, levando-o a oscilar em torno dos 50 pontos desde Maio.

3. JAPÃO

3.1. Envolvente Política, Social e Económica

No final de Dezembro, **o Governo nipónico apresentou a sua estratégia de crescimento económico para o Japão na próxima década, visando uma subida do PIB de 2% ao ano.** Segundo o primeiro-ministro Yukio Hatoyama, **a estratégia de crescimento passa pela criação de novos mercados** (estimados em 100 biliões de ienes) **nas áreas do ambiente, saúde e turismo, esperando-se que gere cerca de 4,76 milhões de empregos até 2020. O novo plano, cujos detalhes serão apresentados em Junho próximo, contempla ainda uma meta de 4% do PIB para a**

despesa de I&D total (privada e pública). **Estas previsões contrastam com as do ano fiscal de 2009** (que termina em Março), **em que o Governo espera uma contracção nominal de 4,3% do PIB, daí que a generalidade dos analistas se mostre bastante céptica quanto ao realismo das projecções** para a próxima década.

Poucos dias antes, **o Governo apresentou a proposta de Orçamento de Estado para o ano fiscal de 2010 com um valor recorde de despesa** (92,3 biliões de ienes), incluindo o pacote de estímulo económico de 7,2 biliões de ienes anunciado no início de Dezembro, **de forma a evitar uma recaída da actividade económica**. Entre as medidas de estímulo da procura interna, **salienta-se o apoio à natalidade** (financiado, em parte, pela redução dos programas de obras públicas), **procurando cumprir uma das promessas da campanha, embora outras**, como o fim de uma taxa sobre o petróleo, **não possam ser atendidas devido ao recuo da receita fiscal e ao valor recorde da dívida pública** (já próximo dos 200% do PIB, em termos brutos). A emissão de nova dívida no Orçamento de Estado ascenderá a 44,3 biliões de ienes, próximo do valor prometido pelo Governo, que irá enfrentar eleições para a Câmara alta do Parlamento em 2010. **Destaca-se ainda o peso crescente da despesa relacionada com a segurança social, na ordem de 51% da despesa pública total**, reflectindo o envelhecimento da população.

Pela mesma altura, **o Governo anunciou uma redução da tributação para os investidores estrangeiros em obrigações nipónicas, ajudando ao financiamento da dívida do Estado. A medida está incluída num pacote de reforma fiscal** a anunciar pelo Governo no início de 2010.

O Banco do Japão reconheceu, em Dezembro, que a deflação é de novo um “desafio crítico” na economia nipónica, prometendo assegurar a estabilidade de preços. Depois do anúncio de uma nova operação monetária, no início do mês, com vista a reduzir as taxas de juro de longo prazo, por considerar que a retoma económica não é ainda auto-sustentada, **o Banco do Japão** manteve a taxa de juro próxima de zero na reunião de 18 de Dezembro e **clarificou o conceito de estabilidade de preços a médio e longo prazo estabelecido em 2006**. Os requisitos para a estabilidade de preços compreendem uma variação homóloga do índice de preços no consumidor entre 0 e 2%, com a mediana das perspectivas de inflação da maioria dos membros do Banco do Japão a situar-se em torno de 1%. **Foi sublinhado que o banco central não irá tolerar variações negativas do IPC**.

3.2. Economia Real

A estimativa de crescimento no terceiro trimestre foi reduzida de forma significativa no início de Dezembro (de 1,2% para 0,3%, em variação trimestral), **contribuindo decisivamente para o anúncio do pacote de estímulo económico do Governo. Destaca-se, em particular a redução da estimativa para o investimento privado** que, em lugar de uma recuperação de 1,6%, recuou 2,8%.

O índice de preços no consumidor decresceu pelo décimo mês consecutivo em Novembro, em termos homólogos, ainda que a menor ritmo (1,9%, menos 0,6 p.p. que em Outubro), mantendo-se a descida próxima de 1% excluindo as rubricas de alimentação e energia.

As despesas de consumo dos trabalhadores nipónicos registaram um abrandamento em termos homólogos no mês de Novembro (variação real de 0,1%, menos 0,5 p.p. que no mês precedente), segundo os dados mais recentes, mantendo-se a tendência de descida do rendimento disponível (1%, em termos reais).

No mesmo mês, a taxa de desemprego aumentou para 5,2% (mais 0,1 p.p. que em Outubro), embora ainda dentro de uma tendência descendente desde o máximo de 5,7% registado em Julho.

Os indicadores avançados mais recentes revelaram-se pouco favoráveis, sugerindo um menor ritmo de retoma da economia nipónica nos próximos meses. O índice de condições de negócio recuou em Novembro, pela primeira vez em mais de um ano, embora mantendo-se bastante acima da referência de expansão. Já em Dezembro, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu pelo segundo mês consecutivo, situando-se no valor mais baixo desde Junho.

4. MERCADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1. Mercado de Câmbios

Cross rates das principais divisas internacionais

(fecho das sessões de início e fim das semanas de Dezembro)

	Dólares por Euro	Libras por Euro	Ienes por Euro	Libras por Dólar	Ienes por Dólar
Terça, 1	1,507	0,910	131,020	0,604	86,918
Sexta, 4	1,507	0,905	133,080	0,600	88,320
Segunda, 7	1,479	0,905	133,240	0,612	90,106
Sexta, 11	1,476	0,905	131,130	0,613	88,860
Segunda, 14	1,465	0,901	129,550	0,615	88,448
Sexta, 18	1,434	0,887	129,680	0,619	90,451
Segunda, 21	1,437	0,892	130,100	0,621	90,548
Quinta, 24	1,440	0,901	131,730	0,626	91,492
Segunda, 28	1,441	0,901	131,860	0,626	91,538
Quinta, 31	1,441	0,888	133,160	0,616	92,434
<i>Varição (1)</i>	<i>-4,11%</i>	<i>-2,57%</i>	<i>2,61%</i>	<i>1,60%</i>	<i>7,01%</i>

(1) *Varição registada entre a última cotação do(s) mês(es) em análise e a última cotação do mês anterior.*

Nota: cálculo com base no 'fixing' do Banco Central Europeu

Em Dezembro, salienta-se a depreciação do euro face ao dólar e à libra com o acentuar das preocupações relativamente à situação orçamental de vários membros da área euro, em particular da Grécia. Ainda assim, **o euro registou um ganho mensal face ao iene**, que foi penalizado pela preocupação renovada do Banco do Japão no combate à deflação e pela revisão em baixa do crescimento económico do país no terceiro trimestre. **O dólar apreciou-se nos principais câmbios devido ao fecho de posições curtas para tomada de mais-valias** antes do final do ano, **em conjunto com a expectativa de uma retirada mais rápida do que o previsto das medidas de estímulo monetário** da Reserva Federal após a divulgação de dados económicos favoráveis nos EUA. A divisa norte-americana registou um máximo de três meses no câmbio com o euro e o iene, e de dois meses relativamente à **libra**, que **continuou pressionada em baixa devido à difícil situação fiscal do Reino Unido**, embora esta questão tenha sido mais enfatizada na zona euro em Dezembro, explicando o ganho da moeda inglesa face ao euro.

A variação das principais taxas de câmbio em Dezembro foi a seguinte: apreciação do dólar face ao iene, ao euro e à libra (7,01%, 4,11% e 1,6%, respectivamente), e do euro na cotação com o iene (2,61%); descida de 2,57% do euro na cotação com a divisa inglesa.

No conjunto de 2009, o principal destaque no mercado cambial vai para a depreciação do dólar face ao euro e à libra (3,5% e 9,9%, respectivamente) devido à menor procura como moeda refúgio, em face dos sinais de retoma económica global, e à redução da taxa de juro associada para mínimos históricos, passando a substituir o iene como moeda de financiamento nas operações de *carry trade*. A libra apreciou-se significativamente (6,7%, no caso do dólar), mas o movimento concentrou-se na primeira metade do ano e teve sobretudo a ver com uma correcção em alta face às quebras muito acentuadas em 2008, tendo-se registado algum recuo no segundo semestre devido à difícil situação orçamental do Reino Unido. Deste modo, pode-se considerar que o euro suportou a maior parte do ajustamento em baixa da moeda norte-americana ao longo de 2009, para o que contribuiu de forma decisiva a política de ligação ao dólar por parte de muitas economias emergentes, com destaque para a China. No que se refere ao iene, a descida face ao euro e ao dólar resultou, para além da difícil situação económica, da instabilidade política que marcou a primeira metade do ano, tendo recuperado depois parte das perdas com a eleição de um novo governo.

4.2. Mercados Bolsistas Internacionais

Os principais índices accionistas internacionais voltaram a valorizar em Dezembro, reflectindo a conjuntura económica global mais favorável. O saldo de 2009 acabou por ser bastante positivo para os mercados de acções, que recuperaram de forma acentuada a partir de Março com o sucesso das medidas de estímulo económico a nível internacional, registando mesmo os ganhos mais elevados em vários anos. Os títulos da banca estiveram em evidência em Dezembro, face à perspectiva de que não serão adoptadas as medidas regulamentares mais duras em estudo a nível internacional, e também no conjunto do ano, tendo recuperado parte das fortes quebras registadas em 2008 graças às medidas de ajuda ao sector.

Nos Estados Unidos, o índice de referência Dow Jones (representativo dos títulos mais tradicionais), registou uma subida de 0,8% em Dezembro e de 18,8% no cômputo de 2009 (após uma quebra de 38,8% em 2008), bastante abaixo do índice tecnológico Nasdaq, que ganhou 5,8% no mês e 43,9% no ano, mais do que compensando a quebra em 2008 (40,4%).

A subida do segmento accionista, os sinais económicos mais favoráveis e o aumento da colocação de dívida pressionaram em alta a *yield* dos títulos do Tesouro norte-americano a 10 anos, que se situou no nível mais elevado desde Julho (3,85%, no dia 31, após 3,28% no início de Dezembro e 2,46% na primeira sessão de 2009).

Estados Unidos - índice Dow Jones Industriais



Fonte: Yahoo Finance

No que se refere às praças europeias, destacam-se os ganhos mensais de 5,9% no índice alemão Dax Xetra e de 4,3% no congénere inglês Ftse-100, terminando o ano com ganhos na casa dos 20% (23,9% e 22,1%, respectivamente), o que não chegou para compensar as perdas de 2008 (40,4% e 31,3%).

Alemanha e Reino Unido



Fonte: Yahoo Finance

O índice nipónico Nikkei-225 registou um ganho de 12,9% em Dezembro, impulsionada pela melhoria do sector exportador e pelo bom desempenho do índice tecnológico norte-americano Nasdaq. Esta subida foi determinante para o ganho de 19% no conjunto de 2009, ano que ficou marcado negativamente pelo retorno da deflação e pela instabilidade política no Japão.

4.3. Mercados de Matérias-Primas

	2008	2009	3T 09	4T 09	Nov-09	Dez-09
Brent (Mar do Norte)	97,7	61,9	68,4	75,0	77,0	74,7
Algodão	71	63	64	72	62	77
Alumínio (99,7% pureza)	2578	1699	1813	2005	1957	2181
Cobre	6963	5165	5871	6655	6682	6977
Chumbo	2093	1719	1924	2286	2303	2326
Níquel	21141	14672	17602	17507	16911	17122
Estanho	18467	13603	14534	15197	14966	15589
Zinco	1885	1658	1760	2214	2197	2374
Minério de Ferro (Fe) ⁽¹⁾	141	101	101	101	101	101

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Cotações Spot; média das cotações diárias, excepto no caso do algodão (média das cotações semanais).

Unidades: *brent*: dólares por barril; algodão: cêntimos de dólar (cts USD) por libra de peso (1 libra de peso equivale a 453,6 gramas); alumínio (grau de pureza mínimo de 99,5%), cobre, chumbo, níquel, estanho, zinco: dólares por tonelada; minério de ferro: cts USD por 1% Fe DMTU (Dry Metric Ton Unit), tendo o minério Carajas Fines (Brasil) um conteúdo de 67,55% Fe DMTU – por exemplo, uma cotação de 77 cts USD / DMTU (Carajas) equivale a 52,01 USD / tonelada.

⁽¹⁾ os preços do Minério de ferro são estabelecidos em cada ano pelas três principais empresas a nível mundial (CVRD, Rio Tinto e BHP Milliton), constituindo a referência para os restantes produtores; deste modo, as cotações apenas variam anualmente.

O mês de Dezembro pautou-se por uma nova recuperação dos preços médios da generalidade das matérias-primas face aos sinais de retoma da economia mundial, não obstante uma apreciação do dólar, encerrando o ano com uma subida acentuada em termos homólogos, embora claramente abaixo dos valores médios de 2008. As cotações começaram a recuperar logo no início de 2009, sobretudo em função dos sinais de dinamismo das economias emergentes, mas sem atingir os máximos históricos registados durante os primeiros sete meses de 2008, antes da forte quebra associada à grave recessão da economia mundial.

O preço médio do barril de *brent* recuou 3% em Dezembro (para 74,7 dólares) devido ao fecho de posições antes do final do ano e ao nível elevado de *stocks* nos Estados Unidos, país que deverá registar um fraco crescimento da procura de crude em 2010, segundo as últimas previsões da Agência Internacional de Energia, contrastando com a revisão em alta da projecção para a economia mundial (1,7%). No decurso do mês, a OPEC anunciou a manutenção dos níveis de produção até Março de 2010, pelo menos, e reafirmou o intervalo desejado para o preço do crude entre 70 e 80 dólares, considerando ser o mais adequado em 2010 para permitir o investimento dos produtores e a recuperação dos consumidores. Isto porque para o cartel não é claro quão

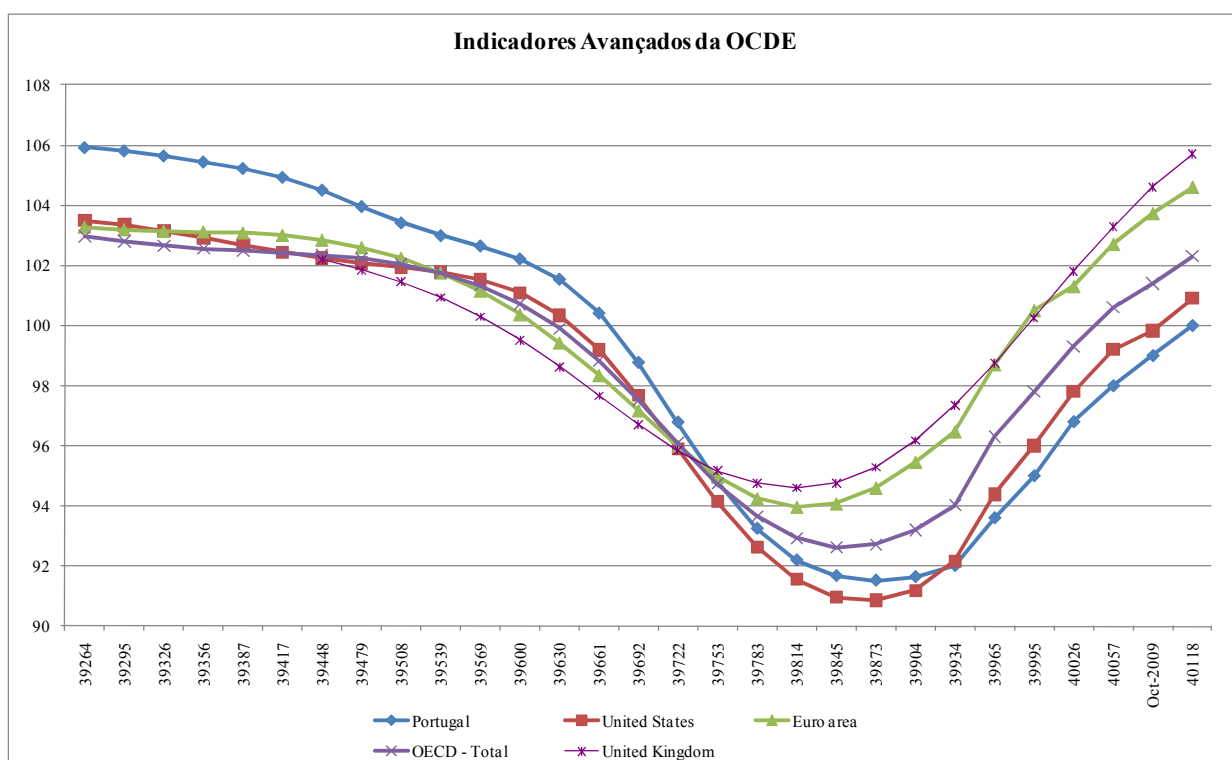
durável ou forte é a actual retoma económica. Por outro lado, segundo os economistas do cartel, **a crise económica parece ter induzido uma perda permanente de procura de petróleo na OCDE e uma menor taxa de crescimento nas restantes economias devido a medidas de política e à mudança de comportamento dos consumidores.** Apesar do recuo do preço médio do *brent* em variação mensal, **o crescimento homólogo aumentou para quase 80% em Dezembro.** **A cotação média de 2009 situou-se em 61,9 dólares por barril de *brent*, traduzindo um decréscimo de 36,6% face a 2008, ano em que se registaram máximos históricos em torno de 150 dólares.**

No caso do algodão, o preço médio aumentou 6,9% em Dezembro, para 77 cêntimos de dólar por libra de peso, **com a previsão** do Departamento de Agricultura norte-americano **de uma queda de 4% da produção mundial e um aumento de 3% do consumo** no ano agrícola até Julho de 2010. Trata-se do valor mais elevado desde o máximo de 80 cêntimos em Julho de 2008, alargando para 40% a subida em termos homólogos. **No conjunto de 2009, a cotação média do algodão cifrou-se em 63 cêntimos de dólar por libra de peso, menos 11,3% que em 2008.**

No que se refere aos metais de base, as cotações médias também registaram uma subida generalizada em Dezembro, tanto em variação mensal como homóloga, e uma correcção em baixa no cômputo de 2009. Em Dezembro, destacou-se a progressão de 11% do preço médio do alumínio, reflectindo o maior crescimento económico na China e receios de problemas de abastecimento na Europa com a possibilidade de encerramento de várias fundições devido aos elevados custos de electricidade. **Vários analistas têm-se mostrado apreensivos com o aumento significativo dos *stocks* de alumínio e outros metais (como o cobre) face a perspectivas de procura ainda bastante incertas,** sobretudo nas economias mais desenvolvidas. **Em termos homólogos, a subida mais elevada pertenceu ao chumbo (140,3%), logo seguido pelo zinco (113,3%). Estes foram também os metais que menos se desvalorizaram na média de 2009 (17,9% e 12%, respectivamente).**

4.4. Comércio Internacional / Organização Mundial do Comércio (OMC)

Num relatório dirigido ao Conselho Geral da OMC reunido em Dezembro, o Director-Geral Pascal Lamy afirmou que 2010 será o ano em que se deverão lançar as fundações de uma economia mundial mais segura e em que os países membros devem decidir se o Doha Round é exequível, propondo que a última semana de Março seja reservada para esta reflexão.



4.5. Organizações Económicas Internacionais

Strauss-Khan, Director Executivo do FMI, afirmou que existem ameaças à recuperação da economia mundial e que é necessário assegurar que os estímulos introduzidos durante a crise sejam mantidos enquanto existir o perigo de um regresso a uma situação de recessão. Nessas declarações, identificou algumas preocupações que o levaram a produzir essas afirmações: **o desemprego continua a subir; o apetite pelo risco dos investidores está a aumentar** com grandes fluxos de capitais a afluir às economias emergentes criando o risco de **bolhas especulativas; o sistema financeiro ainda está frágil**, porque muitas empresas e bancos ainda não “limparam” os seus balanços; **o momento da retirada dos estímulos postos em prática para responder à crise é crucial**, mesmo tendo em conta a pressão que exercem sobre os orçamentos nacionais, abandonar esses estímulos cedo de mais pode fazer mergulhar as economias numa nova recessão, especialmente as mais desenvolvidas.

Como soluções, Strauss-Khan propôs: construir uma recuperação estável com os governos a ajudar a criar emprego e a combater o desemprego; **atacar as raízes da crise**, ou seja, reforçar as medidas de supervisão e regulação financeira; **criar uma cooperação global**, reforçando a cooperação desenvolvida durante a crise; **continuar com as mudanças e reestruturação no seio do FMI**, especialmente ao nível da sua estrutura de governação, nomeadamente no sentido de reflectir o crescente peso das economias emergentes na economia mundial e revendo o seu mandato no sentido de **uma maior preocupação com os problemas globais**.

Em informação divulgada no início do mês de Janeiro, a OCDE considera que os seus Indicadores Compostos Avançados – CLI continuam a evidenciar sinais de recuperação nas economias da OCDE.

Os CLI são medidas desenhadas pela OCDE para prever pontos de viragem no ciclo económico. Segundo a OCDE, os CLI agora calculados parecem indicar a possibilidade de o ciclo económico estar em **expansão em vários países, nomeadamente na zona euro, graças à entrada em expansão da Alemanha que, assim, se juntou à França e à Itália já em expansão há três meses.** Fora da zona do euro assinala-se a **entrada em expansão do Reino Unido.** Os restantes países como a China, a Índia e a Rússia estarão já em recuperação. A zona do euro já está claramente acima da situação de há um ano. **Em Portugal assiste-se, em Outubro, a uma aceleração da recuperação com uma situação que está já na fronteira entre a recuperação e a expansão**

ECONOMIA NACIONAL

1. ENVOLVENTE POLÍTICA, SOCIAL E ECONÓMICA

Projeções macroeconómicas

Foram publicadas pelo Banco de Portugal, novas projeções para a economia portuguesa que são resumidas no quadro a seguir:

	2008	2009	2010	2011	Δ face a previsões anteriores	
					2009	2010
PIB	0,0	-2,7	0,7	1,4	0	+1,3
Consumo privado	1,7	-0,9	1,0	1,6	0	+1,6
Consumo público	0,7	2,0	0,7	1,1	-0,1	0
FBCF	-1,3	-11,7	-3,4	0,9	+1,4	+0,4
Procura Interna	1,1	-2,9	0,3	1,4	+0,1	+1,0
Exportações	-0,5	-12,5	1,7	3,2	+0,6	+2,6
Importações	2,7	-10,8	0,3	2,7	+0,9	+1,5
Contribuições para o PIB						
Procura Interna	1,2	-3,2	0,3	1,5	-0,1	+0,2
Exportações Líquidas	-1,2	0,5	0,4	-0,1	+0,1	+0,2
Balança Corrente + Balança Capital (% PIB)	-10,5	-8,2	-9,8	-11,3	+0,4	-0,2
Inflação (HIPC)	2,7	-0,9	0,7	1,8	0	-0,6

Fonte: BdP, Boletim Económico de Inverno, taxas de variação homóloga excepto onde referido

A actual projecção da evolução da economia em 2009 apenas revê ligeiramente a composição da despesa, mantendo inalterada, em -2,7%, a taxa de crescimento do PIB, compatível com um crescimento em cadeia no quarto trimestre entre 0,1% e 0,5%.

As previsões apresentadas para 2010 são mais optimistas que as divulgadas anteriormente pelo BdP, apontando, agora, para um crescimento de 0,7%, impulsionado pelas exportações (com um crescimento de 1,7%) e pelo consumo privado (1,0%). As importações aumentarão (segundo o BdP) apenas ligeiramente (0,3%), pelo que os contributos da procura interna e da procura externa líquida para o crescimento do PIB serão praticamente idênticos. O investimento permanecerá em queda (3,4%), embora muito menos pronunciada do que 2009. Prevê-se ainda uma desaceleração do consumo público, resultante, entre outras razões, da redução do estímulo fiscal previsto no Plano de Recuperação.

O BdP sublinha que estas suas previsões estão sujeitas a um alto grau de incerteza, dada a volubilidade possível dos pressupostos, especialmente os relativos ao enquadramento internacional.

O BdP chama, ainda, a atenção para as fragilidades estruturais da economia portuguesa, referindo que o desenvolvimento da economia passa pela realização de reformas profundas ao nível da educação (acumulação de capital humano), da justiça, e do mercado de trabalho. Estas reformas são condição para que o produto potencial cresça a taxas mais elevadas elevando a capacidade de crescimento da economia portuguesa. Tudo continua a indicar, segundo os pressupostos apresentados pelo BdP, que o PIB potencial da economia portuguesa tenha diminuído de forma significativa, não sendo previsível uma sua recuperação rápida, o que representa uma restrição decisiva para que exista capacidade para uma recuperação mais rápida.

Segundo o Banco de Portugal, nos seus comentários às projecções que apresentou, **o crescimento previsto para 2010 assentará, exclusivamente, num aumento da produtividade total dos factores, de natureza cíclica**, à medida que a taxa de utilização do “stock” de capital for recuperando e o nível de emprego não plenamente utilizado no processo produtivo for recuando.

Os pressupostos, incluem, também, a manutenção dos níveis das taxas de juro tanto de curto como de longo prazo, uma apreciação efectiva do euro, e um preço médio do barril de petróleo durante 2010 próximo dos 80 dólares. No que se refere às taxas de juro é esperado que o prémio de risco aumente ligeiramente, o que poderá fazer elevar a taxas de juro cobradas aos consumidores e às empresas.

O BdP espera, ainda, que o emprego se reduza cerca de 1,3% durante 2010, pelo que a taxa de desemprego continuará elevada durante este ano, iniciando a sua recuperação em 2011.

Já no final de Janeiro o FMI divulgou os resultados da sua consulta a Portugal em que **prevê um crescimento do PIB de 0,5% em 2010**. No mesmo documento, o FMI prevê um **défice orçamental de 8,0% do PIB para 2009 e de 8,6% em 2010**.

Contas Públicas

Em Dezembro, **o Tribunal de Contas colocou reservas sobre a Conta Geral do Estado de 2008** (numa óptica de Contabilidade Pública), **à semelhança de anos anteriores. Segundo o parecer, a conta consolidada do Estado**, incluindo a da Segurança Social, **continuou a apresentar deficiências já assinaladas em anteriores pareceres, como a elevada dimensão financeira dos ajustamentos**

efectuados na sua elaboração, em resultado de erros significativos na classificação económica das receitas dos vários subsectores. **O Tribunal voltou a colocar reservas aos valores globais da receita e da despesa** e, conseqüentemente, ao valor do défice.

O documento aponta ainda que o Plano Oficial de Contabilidade Pública, que entrou em vigor em 1997, **continuou a não ser aplicado pelos serviços integrados do Estado**, embora tenham sido dados alguns passos nesse sentido.

O Tribunal sublinhou que não é possível confirmar o valor da receita inscrito na Conta Geral relativamente ao da receita efectivamente obtida, em consequência do incumprimento de disposições legais que regulam a execução e a contabilização das receitas, bem como das deficiências que continuam a verificar-se nos respectivos procedimentos e no sistema de controlo interno. **O TC destacou ainda que foram assumidos encargos sem verbas suficientes** no Orçamento do Estado, **sendo empurrados para o ano seguinte elevados montantes de encargos vencidos, demonstrando ainda reservas sobre o apuramento do prazo médio de pagamento** dos organismos da administração central, **que foi de 51 dias em 2008. Foi também salientado o excessivo peso de despesas correntes no Programa de Investimentos da Administração Central**, contrário à sua natureza. **O Tribunal de Contas considerou também que o Governo não poderia ter avalizado o empréstimo de 450 m.e. que o BPP contraiu junto de outras instituições, porque não existia segurança suficiente de cumprimento**, em resultado de uma avaliação superficial das contra-garantias.

No mesmo mês, o Tribunal de Contas recusou a utilização de uma central de compras para a Saúde, argumentando que é ilegal obrigar os hospitais a fazerem as compras através desta entidade e que a sua própria criação carece de fundamento legal.

Já em Janeiro, no Boletim Económico de Inverno, **o Banco de Portugal (BdP) defendeu a implementação de estratégias claras de consolidação orçamental, de forma a evitar que o impacto das medidas de estímulo prejudique de forma severa o crescimento económico futuro**. Tal poderá acontecer se persistirem níveis elevados de dívida, os quais poderiam gerar dinâmicas insustentáveis no médio e longo prazos. **Neste âmbito, o BdP, considera relevante a racionalização das despesas do sector público**, a continuação do aumento do grau de eficiência da administração fiscal, assim como a implementação plena das regras estabelecidas na reforma do sistema público de segurança social, de forma a garantir a sustentabilidade da situação orçamental.

Em reacção ao Boletim, **o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, congratulou-se com as previsões do Banco de Portugal de uma retoma, ainda que ligeira, do crescimento económico em 2010 e 2011, e considerou imperioso manter um conjunto de estímulos à economia que**

permitiram contornar a recessão, mas também que se comece a reduzir o défice público já em 2010. Teixeira dos Santos referiu ainda que essa redução terá de ser intensificada nos anos subsequentes para também reduzir a dívida pública.

De acordo com um estudo do BPI, a dívida pública consolidada (incluindo, para além das administrações públicas, os compromissos líquidos das empresas públicas) **atingiu 100% do PIB em 2009 e poderá, até 2013, chegar a pelo menos 120%.** Os cálculos do BPI para 2009 resultam da soma da dívida directa do Estado, 82,4% do PIB, da dívida líquida das empresas do Sector Empresarial do Estado consideradas não sustentáveis (10,7% do PIB) e do endividamento acumulado dos municípios e das regiões autónomas. **Nas projecções para os anos seguintes, o estudo acrescenta os compromissos assumidos nas concessões realizadas pelo Estado** (que passam de 1% do PIB em 2010, para um máximo de 2% em 2015), nomeadamente através de Parcerias Público Privadas, **e traça alguns cenários. Num dos cenários, se as receitas e despesas públicas tiverem o mesmo comportamento da última década, a dívida pública consolidada atinge 120% do PIB até 2013 e 147% em 2040.**

O estudo conclui que, para assegurar a estabilização da dívida pública portuguesa, a economia terá de regressar a um crescimento real do PIB próximo de 2,5%, e serão necessários saldos primários positivos na vizinhança de 2% do PIB nominal. Na apresentação do estudo, o **Presidente executivo do BPI, Fernando Ulrich, salientou que nem os investimentos em barragens nem o novo aeroporto, pelas suas características de financiamento, provocam um agravamento da dívida. Ulrich referiu ainda que, dada a dimensão do problema, não poderá ser resolvido num ano,** dando o exemplo da Alemanha, que iniciará a consolidação em 2011. **O responsável do BPI recusou também cenários catastrofistas, não acreditando que Portugal chegue à situação da Grécia, mas mostrou-se bastante preocupado com a situação das empresas de transportes públicos,** as que mais pesam no grupo das empresas consideradas não sustentáveis dentro do Sector Empresarial do Estado.

Estimativa de Execução Orçamental do Estado

	Jan-Dez 2008	Jan-Dez 2009	Varição homóloga
Receita corrente	38912,1	34166,4	-12,2%
Despesa corrente	43172,4	45021,3	4,3%
Saldo corrente	-4260,3	-10854,9	154,8%
Receita de capital	1906,9	521,1	-72,7%
Despesa de capital	2826,3	3747,6	32,6%
Saldo de capital	-919,4	-3226,5	250,9%
Saldo de execução orçamental	-5179,8	-14081,3	171,9%
Saldo primário	-293,3	-9074,6	2994,0%

valores em milhões de euros (m.e.); óptica da Contabilidade Pública; s.s. – sem significado

Nota: os valores de despesa excluem gastos de anos anteriores, activos financeiros, passivos financeiros e a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Fonte: Direcção-geral do Orçamento (DGO) - Boletim de Execução Orçamental

De acordo com a Direcção-geral do Orçamento, **o subsector Estado registou um défice de 14081,3 m.e. em 2009** (numa óptica de Contabilidade Pública), **cerca de 2,7 vezes mais do que em 2008, aumentando de 3,1% para 8,6% do PIB** (valor que compara com uma projecção de 2,4% no Orçamento de Estado inicial). **A subida do défice traduziu o acréscimo de 6% na despesa e o recuo de 15% na receita total**, reflectindo a conjuntura recessiva e as medidas de apoio económico e social do Governo, para além do funcionamento dos estabilizadores automáticos.

Em termos de receita, destaca-se o recuo de 13,9% da receita fiscal (9,8% excluindo as medidas de política), repartida entre 11,9% nos impostos directos e 15,4% nos indirectos. No que se refere aos impostos directos, o IRS recuou 4,1% e o IRC 23,8%, reflectindo a conjuntura recessiva, que penalizou também fortemente os principais impostos indirectos, com destaque para a descida de 18,9% no IVA. Entre os demais impostos directos, salientam-se também os recuos de 3,8% no ISP, de 6,5% no Imposto de Selo, de 11,9% no Imposto sobre o Tabaco e de 24,4% no Imposto sobre Veículos. **As receitas não fiscais também diminuíram muito significativamente em 2009** (22,7%, para 4035 m.e.), agravando ainda mais o défice orçamental.

Ao nível dos gastos do Estado, **a despesa de investimento aumentou 32,6%, reflectindo a Iniciativa para o Investimento e o Emprego** (com uma taxa de execução de 70,7% no final de 2009) **e a despesa corrente 4,3%, acelerando em ambos os casos face às subidas ocorridas até Novembro** (31% e 3%, respectivamente). Dentro da despesa corrente, **os custos com o pessoal aumentaram 1,5%, as transferências 7,8%, os juros da dívida 2,5% e as aquisições de bens e serviços 0,3%**, considerando os ajustamentos de comparabilidade necessários devido ao novo circuito de contribuições do Estado para a Caixa Geral de Aposentações.

As taxas de execução da despesa e da receita situaram-se em 97,3% e 96,2%, respectivamente, segundo a DGO, considerando os valores inscritos no Orçamento Rectificativo de Novembro. Comparando com as estimativas do Orçamento de Estado inicial, as taxas de execução foram de 83,7% na receita e de 102,2% na despesa.

Sistema Fiscal

No âmbito das recomendações que a Assembleia da República fez ao Governo com vista ao reforço da competitividade, destaca-se **a criação de uma conta corrente entre o Estado e as empresas, que inclua todos os impostos e contribuições para a segurança social**, a qual deve ser movimentada no final de cada mês pelo saldo entre os créditos e débitos fiscais da empresa.

De acordo com declarações do Director-Geral dos Impostos, Azevedo Pereira, o fisco ultrapassou a meta de 1,25 mil milhões de euros fixada para cobrança coerciva em 2009. O plano de acompanhamento dos grandes devedores, com vista a cobrar as maiores dívidas, a Operação Resgate Fiscal II, com o objectivo de penalizar a apropriação, pelas empresas, do IRS pago pelos empregados e do IVA, a lista de devedores ao fisco e a aceleração da venda de bens penhorados fizeram parte da estratégia seguida pela Administração Fiscal para alcançar as metas estabelecidas para 2009.

Como apoio excepcional às empresas em tempo de crise, **o primeiro-ministro anunciou**, no debate quinzenal na Assembleia da República, **o alargamento para 10 anos, do prazo de pagamento de dívidas fiscais.**

Os contribuintes com dívidas ao Fisco de valor superior a 51.000 euros, que tenham em curso planos de viabilidade económica e/ou de reestruturação empresarial podem negociar o pagamento a 120 meses em vez das actuais 60 prestações mensais.

No âmbito do regime jurídico da mobilidade eléctrica, **o Conselho de Ministros aprovou incentivos à aquisição de veículos eléctricos por particulares e empresas.** No primeiro caso, o apoio passa pela isenção do imposto sobre veículos e pela atribuição de um subsídio de cinco mil euros para os primeiros cinco mil automóveis, ou até ao final de 2010. O Governo previu também uma majoração de 50% em sede de IRC, em relação aos custos para a aquisição de frotas de veículos eléctricos pelas empresas.

Foram aprovados **novos modelos de declaração de IRS dos quais constam novos pedidos de informação que permitirão à Administração Fiscal reforçar o cruzamento de dados com vista a uma tributação mais efectiva.** Os empresários em nome individual com contabilidade organizada vão

passar a identificar todo e qualquer imóvel que tenham alienado. A partir de 2010, a esta identificação acresce a identificação matricial desses imóveis e a declaração dos respectivos valores.

Política Industrial e Comercial e Investimentos Públicos

O Conselho de Ministros de 10 de Dezembro aprovou um diploma que vem introduzir no ordenamento jurídico português a possibilidade de constituição de sociedades especificamente vocacionadas para o microcrédito (*que consiste num financiamento de valor reduzido concedido a pessoas com motivação e capacidade para desenvolver uma actividade económica, quer se encontrem num situação de desemprego, quer sejam pequenos empresários*).

Com excepção das sociedades financeiras de corretagem, que podem conceder crédito para finalidades muito específicas, o ordenamento jurídico português não contempla actualmente a existência deste tipo de sociedades, pelo que o objectivo é o de alargar o acesso à actividade de concessão de microcrédito a agentes económicos que actualmente não exerçam actividade financeira, tendo em vista potenciar o desenvolvimento de novos investimentos e a criação de emprego.

Caberá ao membro do Governo responsável pela área das finanças, sob proposta do Banco de Portugal, definir as características principais da política de microcrédito em Portugal, designadamente as actividades beneficiárias e o montante máximo do financiamento susceptível de ser qualificado como microcrédito.

As actividades económicas (com os respectivos códigos CAE) **previstas no Código Fiscal do Investimento foram definidas através da [Portaria n.º 1452/2009, de 29 de Dezembro](#).**

Recorde-se que o Código Fiscal do Investimento foi publicado em Setembro de 2009 e procedeu à regulamentação dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

A Assembleia da República, através da sua [Resolução da Assembleia da República n.º 110/2009, de 18 de Dezembro](#), recomendou ao Governo um conjunto de medidas de apoio à economia e de reforço da competitividade, no sentido de:

- i) **Assegurar o pagamento das dívidas da administração central do Estado às empresas fornecedoras da Administração Pública**, através de um sistema de *confirming*, negociado com o sistema bancário.
- ii) **Promover a criação de uma conta corrente entre o Estado e as empresas**, que inclua todos os impostos e contribuições para a segurança social, a qual deve ser movimentada no final de cada mês pelo saldo entre os créditos e débitos fiscais da empresa.

- iii) **Proceder à revisão da generalidade dos processos de licenciamento**, tendo em vista a simplificação dos respectivos procedimentos administrativos.
- iv) **Concentrar num único portal de informação os apoios do Estado**, que deverá ter actualização diária e incluir os elementos discriminados por empresa relativamente a montantes, situação dos processos e datas de tramitação, bem como a situação de cada candidatura a apoios comunitários e a sistemas de incentivos.
- v) **Garantir que as compras públicas sejam mais transparentes**, através da definição de critérios que, permitam dar preferência aos fornecedores com maior valor acrescentado bruto nacional, e da criação de um registo nacional de fornecedores que permita eliminar o excesso de burocracia.
- vi) **Promover o reforço da participação das pequenas e médias empresas na contratação pública**.

O Conselho de Ministros de 3 de Dezembro aprovou o quadro normativo em que vai assentar a criação da rede de abastecimento de carros eléctricos em Portugal, que deverá estar em funcionamento em 2011 (ano em que se prevê a introdução em Portugal de veículos automóveis movidos a energia eléctrica). O consórcio que irá gerir a infra-estrutura é constituído por três grandes fornecedores de electricidade em Portugal (EDP, Galp Energia e Iberdrola), pelos proprietários dos postos e pela SIBS (sociedade que gere o Multibanco).

Foi publicado um diploma que revê e republica o Regulamento Tarifário do Sector Eléctrico ([Despacho n.º 27599/2009 de 24 de Dezembro](#)), com o objectivo de estabelecer as condições regulamentares que permitam a coexistência equilibrada do mercado liberalizado e do mercado regulado, aperfeiçoando a metodologia de recuperação de desvios de custos de energia nos proveitos permitidos, a fim de obstar ao desalinhamento entre os custos do mercado regulado e do mercado liberalizado.

Política Social e Laboral

A entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social ficou adiada para 1 de Janeiro de 2011, após a promulgação pelo Presidente da República do diploma aprovado no parlamento pelos partidos da oposição. O Presidente da República considerou na altura que esta promulgação não impede o Governo de relançar, logo que considere oportuno, a discussão em torno do Código, introduzindo os aperfeiçoamentos que considere adequados e abrindo um espaço de discussão aprofundada com os parceiros sociais e com os partidos.

O valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2010 foi fixado em 475 euros. Regista-se um aumento de 25 € face ao valor do ano anterior.

Dados do Eurostat revelam que, Portugal está a meio da tabela entre os 20 países da União Europeia com salário mínimo em 2009. O nível mais baixo (123 euros) regista-se na Bulgária, e o mais elevado no Luxemburgo (1642 euros). Em Espanha, o salário mínimo em 2009 foi de 728 euros.

No âmbito das negociações para actualização da RMMG, **o primeiro-ministro, José Sócrates, manifestou disponibilidade para negociar com os parceiros sociais algumas medidas de compensação que minimizem o impacto deste aumento nas empresas**, nomeadamente, a redução excepcional em um ponto percentual da Taxa Social Única relativamente aos trabalhadores com RMMG, o alargamento do prazo para as empresas regularizarem dívidas ao fisco e o alargamento do Programa Qualificação-Emprego aos sectores do têxtil e vestuário, turismo e fabrico de mobiliário. Ainda neste âmbito, o Governo propôs-se financiar o recurso das empresas aos contratos de trabalho intermitente, facultando e financiando acções de formação dos trabalhadores.

No debate quinzenal da Assembleia da República sobre política económica, a ministra do Trabalho, Helena André, especificou que **a redução excepcional em um ponto percentual da contribuição social a cargo da empresa relativa aos trabalhadores com salário mínimo custará ao Estado 24 milhões de euro e abrangerá um universo de 341 mil trabalhadores** e a **extensão do Programa de Qualificação-Emprego** aos sectores do têxtil e vestuário, turismo e fabrico de mobiliário, **exigirá do Estado um investimento de 50 milhões de euros, para um universo estimado de 20 mil trabalhadores.**

Com o objectivo de evitar a diminuição do valor nominal das pensões, **o Governo aprovou um regime extraordinário de actualização de pensões**, de acordo com o qual, em 2010 fica suspenso o mecanismo de actualização das prestações sociais que está associado aos indicadores da inflação.

O valor de referência e **o montante do complemento solidário para idosos foi actualizado em 1,25%.**

O Governo aprovou um regime transitório e excepcional de acesso ao subsídio de desemprego, a vigorar durante o ano de 2010, **diminuindo o prazo de garantia para acesso a esta prestação social.**

Durante o ano de 2010, o período de contribuições necessário para aceder ao subsídio de desemprego passa de 450 para 365 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, no período de 24 meses imediatamente anterior ao desemprego.

De acordo com dados da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, **até Novembro de 2009, 4.213 pessoas perderam o emprego na sequência de despedimento colectivo**, o que

corresponde a um aumento de 27% relativamente a igual período do ano passado. Registou-se igualmente um aumento no número de empresas que recorreu a este procedimento, o qual passou de 211 em 2008 para 314 em 2009.

A ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, anunciou no Parlamento que o Governo está a trabalhar num programa sobre microcrédito para a criação de auto-emprego.

Pretendendo estender o Programa e.escolinha aos anos lectivos de 2009/2010 e de 2010/2011, **o Conselho de Ministros aprovou uma despesa de 50 milhões de euros para a compra de 250 mil computadores portáteis ultra-leves para o ensino básico.**

Dados do Governo revelam que através do programa e.escolinha foram entregues 400 mil computadores.

Sistema Monetário e Financeiro

O Banco de Portugal e a Polícia Judiciária celebraram um novo Protocolo de Cooperação incidindo, designadamente, nos âmbitos da prevenção e repressão da contrafacção e falsificação de moeda, da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como da prevenção da criminalidade.

O BdP solicitou informações ao BCP sobre as dívidas consolidadas (directas e das participadas) da Mota Engil, de modo a perceber o risco de exposição do banco à construtora. No quadro da supervisão prudencial, **o regulador sustenta que as instituições que supervisiona devem na sua análise ao risco olhar para os vários empréstimos que concedem a empresas ligadas a um mesmo cliente.**

O Presidente da CMVM, Carlos Tavares, foi nomeado para presidir ao Grupo de Análise Económica e de Mercados do Comité Europeu de Reguladores (CESR). Este grupo será responsável, no âmbito do CESR e da futura Autoridade Europeia de Regulação dos Mercados Financeiros, pela elaboração de análises que permitam detectar precocemente as principais tendências e riscos dos mercados financeiros. Actualmente estas análises são fornecidas pelo CESR ao Comité Económico e Financeiro da União Europeia com vista à informação ao Conselho ECOFIN. No futuro, elas serão também destinadas ao Conselho Europeu para o Risco Sistémico a criar no âmbito da reforma regulatória em curso.

2. ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Taxas de Juro

TAXAS	Euribor		Obrigações do Tesouro	
	6 meses	12 meses	5 anos	10 anos
08: IV	2,971	3,049	3,54	3,96
09: I	1,670	1,812	3,55	4,57
09: II	1,313	1,504	3,38	4,41
09: III	1,016	1,236	2,93	3,86
09: IV	0,994	1,248	3,07	4,06
Outubro 09	1,004	1,237	2,79	3,81
Novembro 09	0,995	1,234	2,77	3,77
Dezembro 09	0,994	1,248	3,07	4,06
4 Dezembro 2009	0,996	1,239	2,78	3,75
11 Dezembro 2009	0,996	1,245	2,96	3,91
18 Dezembro 2009	0,995	1,240	2,96	3,91
24 Dezembro 2009	0,991	1,241	2,98	4,01
31 Dezembro 2009	0,994	1,248	3,07	4,06

Fonte: Banco de Portugal e Reuters; valores em percentagem; taxas anualizadas a 360 dias.

Nota: Valores de final de semana/mês/trimestre; os valores para as Obrigações do Tesouro referem-se às *yields* do mercado secundário.

Em Dezembro, as taxas de juro no mercado monetário europeu mantiveram-se estáveis em mínimos históricos pelo terceiro mês consecutivo, reflectindo a normalização das condições de mercado e a expectativa de manutenção das taxas de referência do BCE numa conjuntura de retoma económica gradual. As taxas Euribor a 1 e 3 meses recuaram 2 pontos base (p.b.) em comparação de final de mês (para 0,45% e 0,7%, respectivamente), tendo-se observado uma subida de 1 p.b. nos 12 meses (para 1,25%) e uma variação ainda mais baixa nos 6 meses (permanecendo na casa dos 0,99%).

No mercado secundário de dívida pública nacional, as taxas de remuneração implícitas acompanharam o movimento de subida no exterior, que traduziu a saída de investidores para o mercado accionista. Contudo, as dificuldades orçamentais de vários países da zona euro, sobretudo da Grécia, levaram os investidores a refugiarem-se nos *bunds*, alargando os diferenciais de taxas de juro de longo prazo face ao referencial alemão. O diferencial das *yields* nacionais para os *bunds*, que traduz um prémio de risco, alargou-se em Dezembro, embora menos que nos países em pior situação orçamental. A *yield* dos títulos do Tesouro português a 5 anos aumentou 30 p.b. em comparação de final de mês, para o nível mais elevado desde Junho (3,07%),

tendo-se registado uma variação semelhante nos 10 anos (0,29 p.b., para 4,06%, também o máximo desde Junho).

No conjunto de 2009, a tendência das *yields* foi descendente, à semelhança das taxas de juro do mercado monetário, reflectindo o corte das taxas de referência do BCE para mínimos históricos em face da grave recessão económica.

2.2. Mercado de Valores Mobiliários

Índice PSI-20

(valores de fecho das sessões de início e fim das semanas de Dezembro)

Terça, 1	Sexta, 4	Seg, 7	Sexta, 11	Seg, 14	Sexta, 18	Seg, 21	Quinta, 24	Seg, 28	Quinta, 31
8.380,53	8.376,39	8.336,92	8.183,91	8.245,68	8.211,87	8.337,63	8.446,21	8.426,43	8.463,85

Índice composto pelo cabaz das 20 acções mais importantes do mercado, sujeito a uma revisão semestral; 31-12-92= 3000.

O índice accionista nacional de referência recuperou uma trajectória de subida em Dezembro, a beneficiar da valorização no exterior e do bom desempenho dos títulos ligados à construção, encerrando o ano de maior valorização da década. Após dois meses em queda, o PSI-20 subiu 2,5% em Dezembro e alargou para 33,5% o ganho em 2009, o que não chegou para compensar o recuo de 51,3% verificado em 2008.

Apesar da subida das cotações, o valor transaccionado na bolsa portuguesa decresceu cerca de 3,3% em Dezembro, a reflectir a tradicional diminuição de liquidez no período festivo, mas aumentou cerca de 15% em comparação homóloga. **No conjunto de 2009, o valor negociado reduziu-se 42,2%**, para 54775 milhões de euros, **após uma quebra semelhante em 2008, em correcção face ao máximo histórico de 2007.**

No que se refere à carteira do PSI-20, **o mês de Dezembro ficou marcado pela valorização de 26,8% da Cimpor com a proposta de aquisição da brasileira CSN. Os títulos da construção estiveram também em destaque devido aos grandes projectos nacionais de obras públicas em perspectiva. A Brisa ganhou 7,3% com a vitória num dos mais importantes troços do TGV**, em parceria com a Soares das Costa, enquanto a Semapa subiu 6,8%. Outras valorizações relevantes foram as da Altri (5,1%), a beneficiar da subida dos preços da pasta de papel, da Sonae.com (7,9%) e da Jerónimo Martins (7,9%). **Os únicos títulos com comportamento negativo foram os da banca** (entre 1,9%, no BES, e 3,9% no BCP), **a par com a Sonae SGPS (3%).**

Apesar da descida em Dezembro, **a Sonae SGPS foi o título com a maior subida em 2009 (99,1%), seguido pela Sonae.com (91%), pela Altri (88,5%), pela Cimpor (84,8%) e pela Jerónimo Martins (77,6%), todos com ganhos superiores a 70%.** Outros ganhos muito significativos foram alcançados

pela Teixeira Duarte, pela Galp Energia e pela Mota Engil, num ano em que todos os títulos do PSI-20 se valorizaram, e os únicos títulos com subidas abaixo dos 10% foram o BCP (4%) e a REN (5.5%).

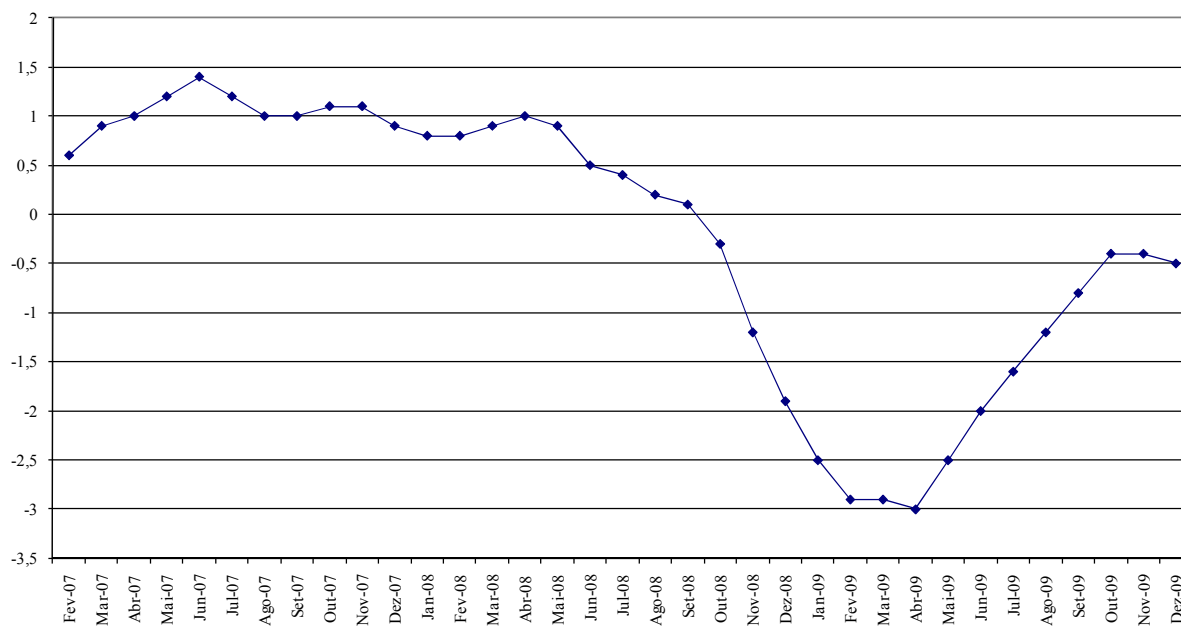
3. ECONOMIA REAL

3.1. Actividade Económica Global

O indicador de clima económico do INE – síntese da informação de carácter qualitativo relacionada com as principais actividades económicas – **regrediu ligeiramente em Dezembro, depois da forte recuperação que se fez sentir desde Maio.**

Todos os índices de confiança em que se apoia este indicador se deterioraram no mês de Dezembro, com excepção dos indicadores da construção e dos serviços que mantiveram os valores de Novembro.

Índice de Clima Económico - Portugal



Fonte: INE

O indicador de confiança da indústria transformadora recuou relativamente a Novembro em 4,0 pontos (de -17,7 nesse mês para -21,7). Esta inversão na recuperação iniciada em Junho deveu-se a uma deterioração de todos os sub indicadores, com destaque para o saldo de respostas sobre os stocks de produtos acabados que diminuiu 4,6 pontos.

O indicador de confiança do comércio manteve-se inalterado nos -10,6. No que diz respeito ao Comércio por Grosso o indicador melhorou de -8,3 para -8,1 em Dezembro e no caso do Comércio a

Retalho evolui desfavoravelmente de -13,4 para -13,8. Apesar de se manter em relação a Novembro, todos os sub indicadores se deterioraram com a excepção do saldo de respostas sobre as existências em armazém que melhorou 1,2 pontos.

O indicador de confiança dos serviços teve uma evolução desfavorável, ao passar de -8,0 em Novembro para -8,9 em Dezembro. Sendo de destacar a forte deterioração do saldo de respostas relativo à carteira de encomendas nos últimos três meses que caiu 3,4 pontos. Os restantes sub indicadores registaram evolução positiva.

O indicador de confiança da construção e obras públicas manteve o seu valor de Novembro, -45,5. Esta evolução decorre da evolução negativa do sub indicador referente às perspectivas de emprego nos próximos três meses e à evolução positiva do sub indicador referente à carteira de encomendas actual.

O indicador de confiança dos consumidores teve uma evolução negativa em Dezembro para -30,0 relativamente aos -27,4 verificados em Novembro. Esta deterioração ficou a dever-se à variação negativa de todos os sub indicadores que o compõem, com destaque para o saldo de respostas sobre a situação económica do país nos próximos 12 meses que caiu 6,6 pontos regressando a valores próximos dos verificados em Setembro.

3.2. Procura Interna

Os indicadores tanto de consumo como de investimento nacionais reflectem, em geral, uma interrupção na recuperação iniciada em meses anteriores, o que acompanha a evolução dos indicadores de clima económico acima analisados.

3.2.1. Consumo

	Fonte	09:I	09:II	09:III	09:IV	Set 09	Out 09	Nov 09	Dez 09
Indic. Coincidente do Consumo Privado	BdP	-1,3	-1,4	0,0	1,9	0,6	1,3	1,9	2,5
Indic. Confiança dos Consumidores (1)	INE	-51,0	-43,5	-29,5	-30,0	-29,5	-27,0	-27,4	-30,0
Venda de automóveis não comerciais	ACAP	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	-12,5	3,5	1,3	-17,9
Importações de bens de consumo ⁽²⁾	INE	-2,2	-3,7	-3,3		-6,9	-6,0		
Volume de negócios do comércio a retalho ⁽³⁾	INE	-3,6	-1,9	1,3		-1,3	-1,1	-2,6	
Crédito ao consumo ⁽⁴⁾	BdP					1,0	1,4	1,8	

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Inquéritos de Conjuntura aos Consumidores e à Indústria Transformadora; saldo de respostas extremas (média móvel de 3 meses); (2) Taxa de variação em termos nominais (Média Móvel de 3 meses). (3) Taxa de variação em termos reais; índices corrigidos dos dias úteis; (4) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito.

O indicador coincidente do consumo privado do BdP subiu em Dezembro 0,6 p.p. relativamente ao mês anterior para 2,5%.

No que toca a despesa das famílias em bens de consumo, os dados disponíveis mais recentes indicam uma deterioração. Em Novembro, o volume de negócios do comércio a retalho diminuiu 2,6% em termos homólogos, deteriorando-se relativamente ao mês anterior 1,5 p.p. A despesa em bens alimentares registou, em Novembro, uma tvh de -1,8% (em Outubro a tvh tinha sido de 1,9%). A despesa em bens não alimentares também se deteriorou, registando uma tvh de -1,0%, contra 0,7% em Outubro. No entanto os indicadores de procura de bens de consumo tiveram uma evolução ligeiramente favorável.

3.2.2. Investimento

	Fonte	09:I	09:II	09:III	09:IV	Set09	Out09	Nov09	Dez09
Indicador de FBCF	INE	-17,9	-16,1	-10,0		-10,0	-10,4	-9,7	
Vendas de veículos comerciais ligeiros	BdP	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	-15,7	-19,1	-10,5	-19,9
Importações bens de investimento	INE	-22,9	-21,4	-5,5		-9,9	-15,8		
Índice produção bens de investimento	INE	-18,4	-16,0	-17,9		-16,6	-17,3	-26,2	
Vendas de cimento	BdP	-16,9	-16,1	13,8	15,6	-14,2	-18,1	-5,5	-23,7
Índice de Produção na Construção	INE	-4,1	-3,4	-5,0		-6,3	-10,3	-5,3	
Crédito para compra de habitação ⁽¹⁾	BdP					2,3	2,5	2,5	
Crédito às sociedades não financeiras ⁽¹⁾	BdP					3,7	2,8	2,6	
Valor de obras públicas adjudicadas ⁽²⁾	BdP					45,1	27,8	24,2	

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito.

(2) Taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior.

Apesar da menor quebra verificada no indicador de FBCF do INE, em Novembro, **alguns indicadores** (como a venda de veículos comerciais e a venda de cimento) **dão conta de uma deterioração recente no comportamento do investimento.**

Em Novembro, o crédito à habitação e às sociedades não financeiras continuou a crescer em termos homólogos, embora a taxas bastante moderadas.

3.3. Comércio Internacional

Resultados Globais

	Set 08 – Nov 08	Set 09 – Nov 09	Variação
Total			
Saída (Fob)	9 389,5	8 487,6	-9,6%
Entrada (Cif)	15 295,3	13 503,8	-11,7%
Saldo	-5 905,8	-5 016,2	15,1%
Taxa de Cobertura	61,4%	62,9%	-
União Europeia a 27			
Expedição	6 766,3	6 345,0	-6,2%
Chegada	11 745,8	10 287,0	-12,4%
Saldo	-4 979,4	-3 942,1	20,8%
Taxa de Cobertura	57,6%	61,7%	-
Países Terceiros			
Exportação	2 623,2	2 142,7	-18,3%
Importação	3 549,5	3 216,8	-9,4%
Saldo	-926,4	-1 074,2	-15,9%
Taxa de Cobertura	73,9%	66,6%	-

(em milhões de euros)

Fonte: INE

Nos três meses em análise (Setembro a Novembro), o défice comercial de Portugal fixou-se em 5.016,2 milhões de euros, um montante que representa um desagravamento de cerca de 15 % em relação ao mesmo período de 2008 e um agravamento face ao trimestre anterior.

Tanto as saídas (-9,6%) como as entradas (-11,7%) registaram uma redução, em termos homólogos, conduzindo a uma melhoria da taxa de cobertura em 1,5 p.p. face ao mesmo período de 2008, e uma melhoria de 1,2 p.p. relativamente ao trimestre anterior.

De referir que, se excluirmos os combustíveis, a taxa de cobertura é de cerca de 107,2% (106,9% no período anterior) contra 116,0% no mesmo período do ano de 2008. O défice energético é, neste trimestre, de 950 milhões de euros, menos 115 milhões que o verificado no trimestre anterior.

Todas as categorias de produtos tiveram taxas de variação negativas tanto na exportação como na importação, com exceção das saídas de bens não especificados e dos combustíveis e lubrificantes (estes devido a um ligeiro aumento na exportação de produtos refinados) e nas entradas de material de transporte e acessórios.

Relativamente a igual período de 2008, os países terceiros à União Europeia viram, novamente, diminuir o seu peso nas exportações portuguesas.

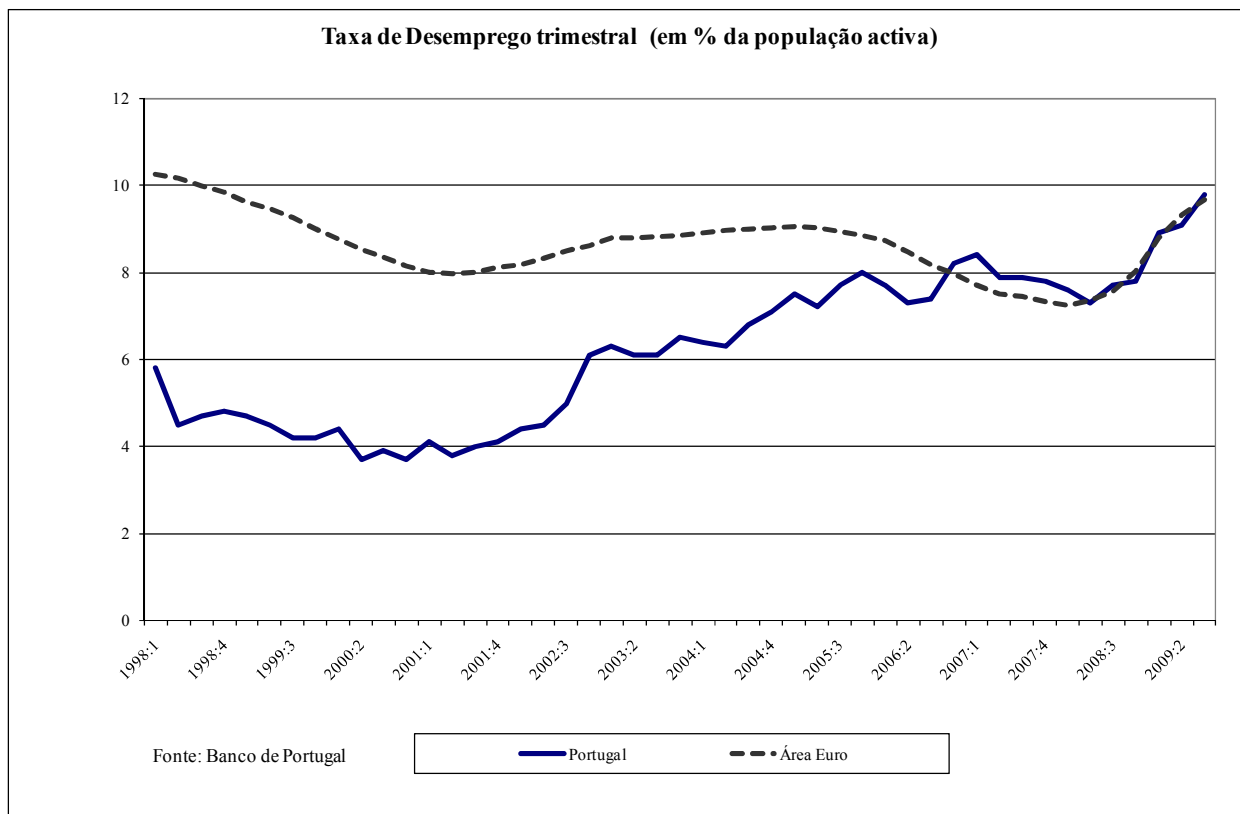
3.4. Emprego e Desemprego

	Mai 09	Jun 09	Jul 09	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09
Taxa de Desemprego	9,5	9,6	9,8	9,9	10,1	10,2	10,3

Fonte: Eurostat, dados ajustados de sazonalidade, valores revistos.

Uma vez que os dados fornecidos pelo INE têm carácter trimestral, **apresentam-se as estimativas do Eurostat, que apontam para uma taxa de desemprego de 10,3% em Novembro, acima da média de 10% da zona do euro.** As perspectivas de emprego apontam claramente para uma taxa de desemprego superior a 10% no final do ano de 2009.

A evolução até ao final do terceiro trimestre pode ser apreciada no gráfico a seguinte:

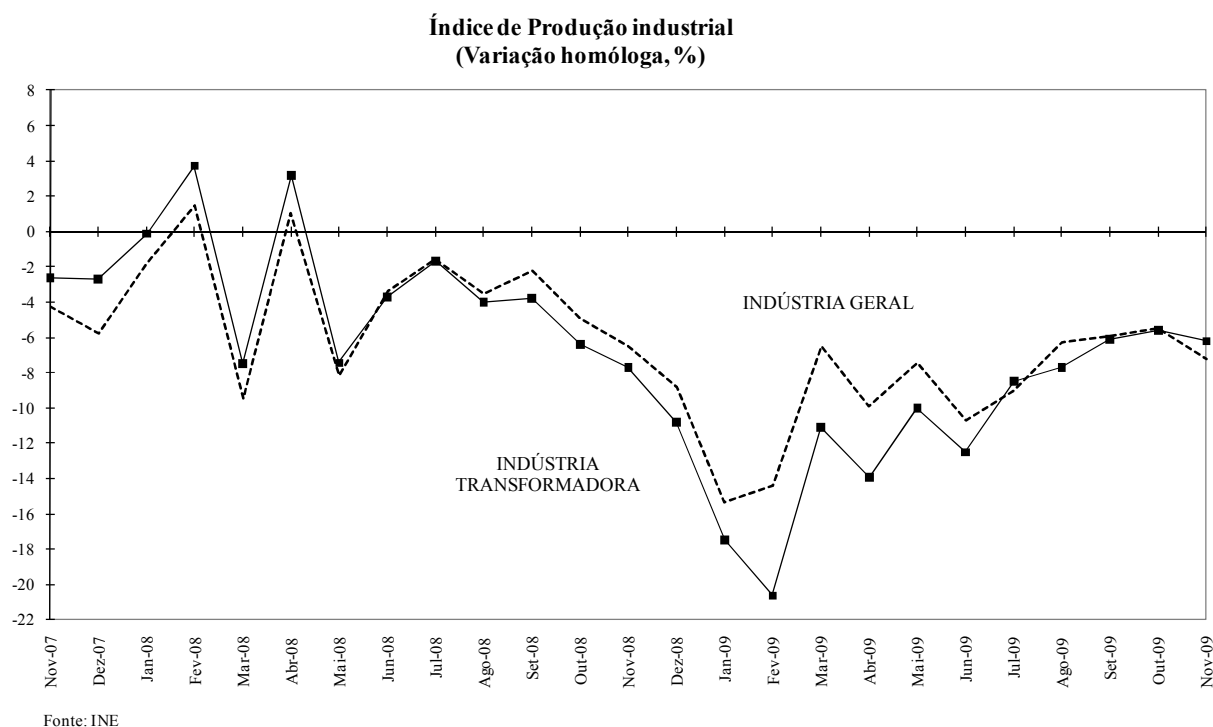


Fonte: BdP.

De acordo com as estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, **no final do mês de Novembro, estavam registados nos Centros de Emprego cerca de 523,7 mil desempregados, um aumento de 1,2% relativamente a Outubro.** Relativamente ao mesmo período de 2008 este número representa um acréscimo de 28,2%. O número de desempregados de longa duração (mais de um ano) aumentou, em termos anuais, 20,0%, representando 33,7% dos inscritos. Em termos das diversas situações de desemprego, as mulheres representavam 54,4% dos inscritos, os maiores de 25 anos, 86,3%, e as pessoas à procura de primeiro emprego, 8,3%.

3.5. Conjuntura na Indústria

O índice de produção industrial acentuou o ritmo de quebra homóloga em Novembro (de 5,5% para 7,2%, valor, ainda assim, semelhante ao do terceiro trimestre), o mesmo sucedendo em média anual (de 8,9% para 9%). Por ramos, o agravamento da perda homóloga traduziu o andamento mais negativo na indústria transformadora (de uma tvh de -5,6% para -6,2%) e nas indústrias de electricidade, gás, vapor, água e ar frio (de -4% para -14%).



Nos agrupamentos industriais, a deterioração do comportamento homólogo da produção teve origem na descida agravada dos bens de investimento (de 17,3% para 26,2%) e na quebra das indústrias de energia (tvh de -12,9%, após 9,3% em Outubro). Tanto as indústrias de bens intermédios como as de bens de consumo registaram uma atenuação das perdas (para tvh de -2% e -1,3%, após -7,9% e -4,8% em Outubro), insuficiente para contrariar a deterioração no resto da indústria. Apesar da quebra homóloga acentuada, o agrupamento da energia continuou a ser o único com variação média anual positiva (2,3%).

Índice de produção industrial

	08: III	08: IV	09: I	09: II	09: III	Set-09	Out-09	Nov-09	
								TVH	TVM 12m
Índice Geral	-2,4	-6,7	-12,1	-9,3	-7,1	-5,9	-5,5	-7,2	-9,0
Industrias Extractiva	20,3	-9,5	-21,3	-16,3	-26,6	-24,6	-10,4	-2,7	-18,3

Ind. Transformadora	-3,2	-8,3	-16,4	-12,1	-7,4	-6,1	-5,6	-6,2	-10,9
Elect, Gás, Vapor, Água, Ar	-3,3	2,9	15,9	12,2	-0,8	-0,5	-4,0	-14,0	4,6
Águas, saneamento, outros	8,1	0,4	-1,7	-2,9	0,4	0,3	7,1	7,8	0,0
<i>Por grandes agrupamentos:</i>									
Bens de Consumo	-3,3	-7,9	-9,2	-6,8	-1,5	-1,3	-4,8	-1,3	-5,4
Bens Intermédios e outros*	0,6	-11,8	-19,0	-15,0	-12,2	-12,0	-7,9	-2,0	-14,1
Bens de Capital	-3,2	-0,5	-18,4	-16,0	-17,9	-16,6	-17,3	-26,2	-17,2
Energia	-6,4	2,3	4,3	5,7	1,2	8,7	9,3	-12,9	2,3

Fonte: INE; dados com correcção de efeitos de calendário; Base: 2005=100; CAE Rev.3; Taxas de variação percentual homóloga (tvh), excepto na última coluna (taxa de variação média de 12 meses – tvm 12m); * Inclui a recolha, tratamento e eliminação de resíduos.

Atendendo à divisão da indústria transformadora em subsectores, os dados actuais permitem destacar, quanto a comportamentos negativos:

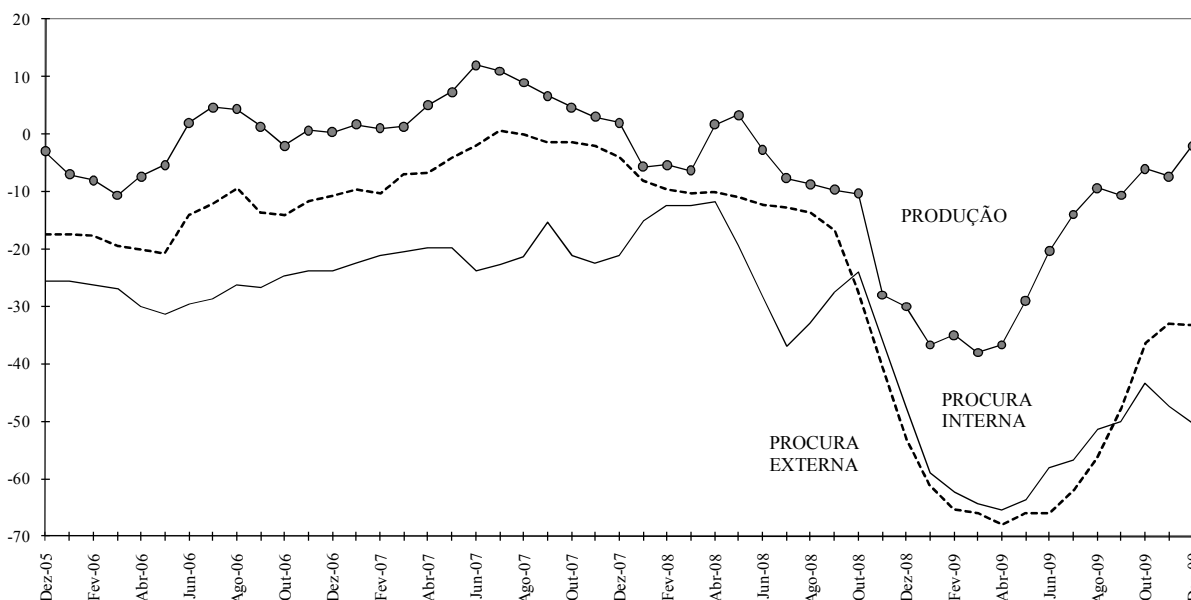
(i) a manutenção da contracção nas indústrias de máquinas e aparelhos eléctricos (tvm 12 m de -4,7% em Novembro), de produtos químicos (-17,8%), têxteis (-8,7%), do vestuário (-9,2%), de couro e produtos de couro (-17,9%), de madeira e cortiça (-12,8%), de impressão (-8%), de produtos petrolíferos (-7,5%), de borracha e plásticos (-5,2%), de minerais não metálicos (-14,8%), de mobiliário e colchões (-15,8%), de produtos farmacêuticos (-6,2% em Outubro), de produtos metálicos (-11,2%), de equipamento eléctrico (-15,5%) e de veículos automóveis (-31%).

Quanto a comportamentos positivos, salienta-se:

(i) a aceleração da produção nas indústrias de pasta e papel (de uma tvm 12m de 2,9% em Outubro, para 4,1% em Novembro) e nas indústrias alimentares (de 1,7% para 2,4%) e de bebidas (de 0,4% para 1,3%); a retoma do crescimento nas indústrias do tabaco (tvm 12m de 0,6%, após -0,8% em Outubro) e a estabilização da produção nas indústrias de recolha e tratamento de resíduos (tvh de 0%, após -0,8% em Outubro);

(ii) a manutenção de um andamento positivo da produção nas indústrias metalúrgicas de base (tvm 12m de 4,1% em Novembro).

Produção e Procura na Indústria Transformadora
Média Móvel de 3 meses - s.r.e.



Fonte: INE

Já em Dezembro, o **inquérito do INE à indústria transformadora apontou para uma evolução mais favorável da produção**, com o saldo de respostas extremas a retomar um valor positivo. **A procura global também melhorou, mas de forma ligeira, graças à recuperação da componente doméstica**, mantendo-se praticamente inalteradas as apreciações da carteira de encomendas externa, que se têm mostrado as mais dinâmicas. **As indicações favoráveis foram confirmadas pelas avaliações dos *stocks*, que apontam para a continuação do processo de reconstituição das existências, favorecendo a produção.**

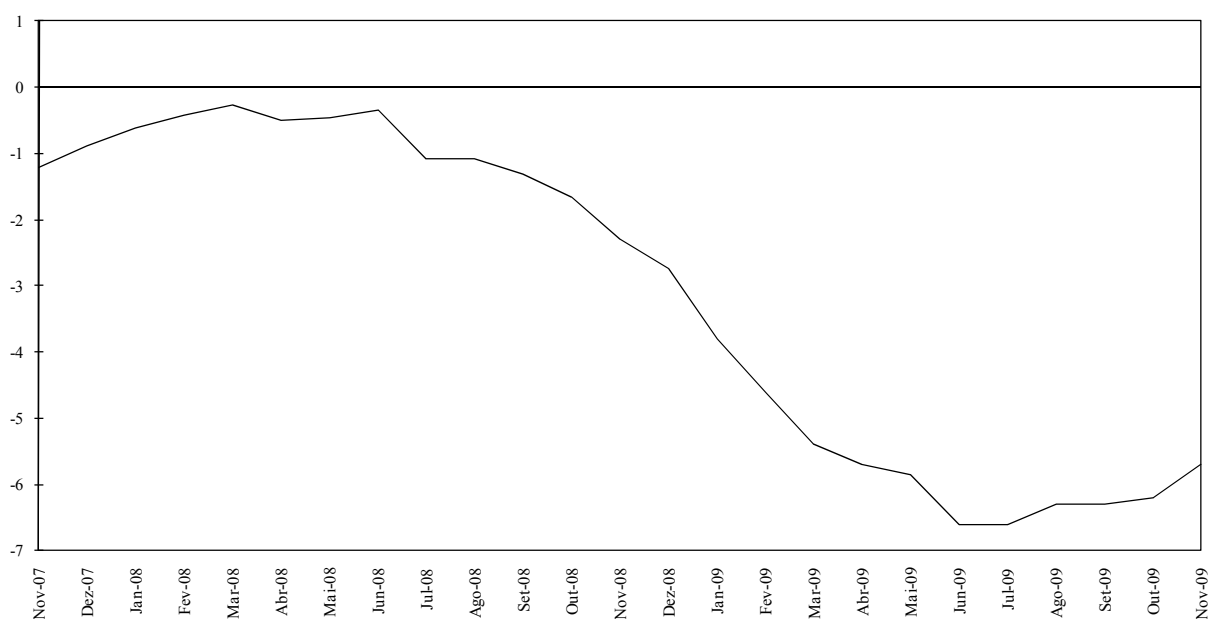
Considerando a desagregação dos dados por tipo de bens produzidos, a melhoria das avaliações foi generalizada no caso da produção e dos *stocks*, e apenas não abrangeram a indústria automóvel no caso da procura interna. No que toca a procura externa, a subida das apreciações nas indústrias de bens intermédios contrariou o resto da indústria.

Ao contrário da produção, o índice de vendas registou um desagravamento das quebras de produção em Novembro (de 10,7% para 4,1%, em termos homólogos, e de 18,1% para 17,5% em média anual), **reflectindo a evolução menos negativa dos preços à saída de fábrica. A melhoria de andamento das vendas foi mais acentuada no mercado externo**, com as perdas a reduzirem-se de 14,3% para 1,6% em termos homólogos (face a uma redução de 8,6% para 5,5% no mercado nacional), e de 22,9% para 21,9% em média de 12 meses (de 15,4% para 15% nas vendas nacionais).

Por agrupamentos, **a melhoria do andamento homólogo das vendas foi mais pronunciada nas indústrias de bens intermédios**, que retomaram uma trajectória de crescimento (tvh de 1,1%, face a -13,6% em Outubro), sendo ainda de registar a redução das quebras nas indústrias de bens de consumo (de 9,5% para 4,1%). Os agrupamentos de bens de investimento e da energia evidenciaram um reforço das perdas, mas pouco acentuado (para 7,8% e 10,2%, respectivamente).

Em termos de indicadores avançados, o inquérito à indústria transformadora de Dezembro evidenciou uma nova melhoria das expectativas sobre os preços de venda, mas também um ligeiro retrocesso na tendência de melhoria das avaliações da produção prevista, sugerindo uma redução mais gradual das quebras de produção do ramo. Em conjunto, estes indicadores sugerem a continuação da melhoria do comportamento das vendas.

Índice de Emprego industrial
(Variação homóloga, %)



Fonte: INE

No que se refere ao índice de emprego industrial, os dados de Novembro indicaram um menor ritmo de quebra homóloga (5,5%, face a 6,2% em Outubro), mas não evitando um novo agravamento em média anual (de 5,2% para 5,5%), que se revelou igual ao observado no número de horas trabalhadas (0,3 p.p., para uma tvh 12m de -6,8%), mantendo-se, assim, o ritmo de descida da ocupação laboral na indústria.

3.6. Preços

	08:IV	09:I	09:II	Ago 09	Set 09	Out 09	Nov 09	Dez 09	tvm 12m
IPC Total	1,5	0,0	-1,1	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	-0,8
IPC Bens	0,7	-1,1	2,8	-3,3	-3,5	-3,7	-1,7	-0,9	-2,4
IPC Serviços	3,0	1,8	1,9	1,9	1,4	2,1	1,3	1,0	1,3

Fontes: INE; Banco de Portugal

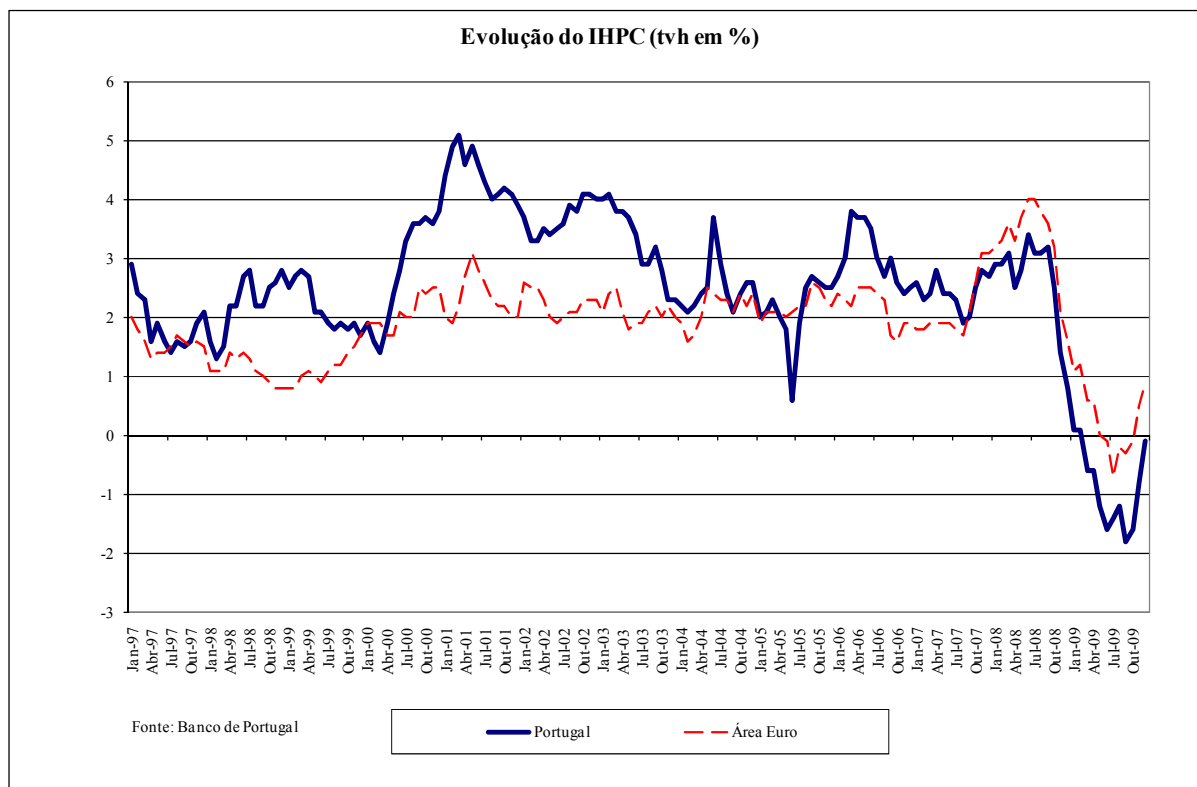
Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, salvo outra indicação.

A variação dos preços em Portugal, em termos homólogos, continua a estar visivelmente abaixo da observada na zona do euro **Em Dezembro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de -0,1%. A variação média em 2009 foi -0,8%.**

A tvh do IPC foi inferior em 0,1 p.p. à do indicador da inflação subjacente (medido pelo índice total excepto produtos alimentares não transformados e industriais energéticos), que teve uma variação homóloga de -0,2%, contra os -0,4% de Novembro.

No mês de Dezembro, são de destacar descidas de preços (em termos homólogos) nos bens alimentares (-5,1), no vestuário e calçado (-2,3%), na saúde e no lazer. Por outro lado, as maiores subidas verificaram-se nos transportes (3,6%) bebidas alcoólicas e tabaco (2,9%), na educação (3,2%) e na habitação, água, gás, etc. (2,4%).

A evolução recente dos preços medidos pelo IHPC pode ser apreciada no gráfico abaixo:



Fonte: BdP.

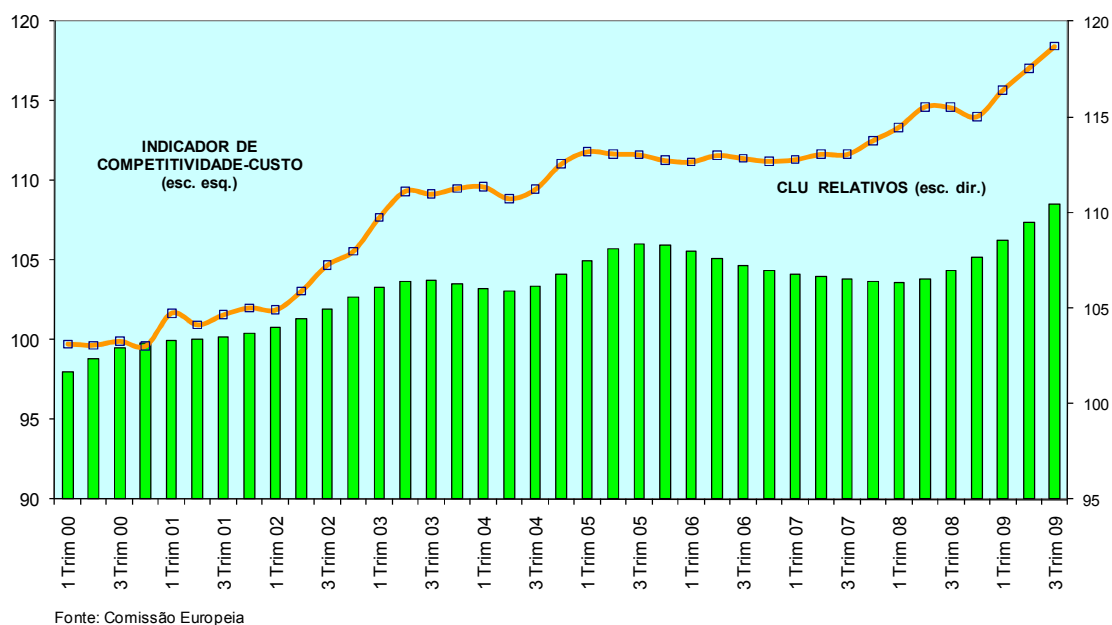
O indicador de competitividade-custo para a economia portuguesa (calculado com base nos custos laborais por unidade produzida) **aumentou perto de 1,18% durante o terceiro trimestre de 2009**, continuando a tendência de deterioração iniciada no primeiro trimestre de 2009 e contrariando os sinais mais positivos revelados pelos dados anteriormente publicados (e agora revistos) pela Comissão Europeia. De acordo com os últimos dados da Comissão Europeia, **o mesmo indicador registou, no terceiro trimestre de 2009, um aumento em termos homólogos de 3,5% revelando uma forte deterioração da competitividade da economia portuguesa (trata-se do pior resultado registado desde os finais de 2003).**

Esta evolução resulta principalmente da evolução recente dos custos laborais unitários relativos, dado que a variação da taxa de câmbio nominal foi reduzida, tanto em termos trimestrais como anuais.

As perspectivas para a competitividade da economia portuguesa nos próximos meses continuam condicionadas, por um lado pelo eventual agravamento da apreciação do euro e, por outro lado, pela incerteza em torno da evolução dos custos laborais unitários.

O **Banco de Portugal**, no seu Boletim Económico do Inverno, **prevê para 2010 um crescimento moderado das remunerações por trabalhador, bem como uma evolução mais favorável da produtividade, o que deverá conduzir a uma evolução mais favorável dos custos unitários do trabalho em 2010 e a uma melhoria da situação patente no gráfico abaixo.**

Indicador de Competitividade-Custo e Custos Laborais Unitários Relativos (1999 = 100)



O indicador de competitividade-custo é elaborado pela Comissão Europeia e incorpora os custos laborais unitários relativos de Portugal (total da economia) calculados face aos vinte e três principais parceiros comerciais (restantes países da UE15 mais os EUA, Canadá, Japão, Suíça, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, México e Turquia).

3.7. Conjuntura de Pagamentos com o Exterior

	2006	2007	2008	Jan-Nov 08	Jan-Nov 09	Δ
Balança Corrente	-15.589	-15.374	-20.163	-18.389	-13.967	-24,0%
Mercadorias	-16.763	-17.549	-21.362	-19.605	-15.341	-21,7%
Serviços	4.954	6.489	6.548	6.033	5.446	-9,7%
Rendimentos	-6.301	-6.921	-7.817	-7.105	-5.882	-17,2%
Transferências Correntes	2.521	2.607	2.468	2.287	1.810	-20,9%
Balança de Capital	1.234	2.097	2.747	2.267	1.306	-42,4%
Balança Financeira	14.116	13.136	18.050	17.116	11.921	-30,4%
Investimento Directo	3.004	-1.775	974	401	-89	s.s.
De Portugal no exterior	-5.691	-4.013	-1.437	-2.084	-1.201	-42,4%
Do exterior em Portugal	8.695	2.238	2.411	2.485	1.112	-55,3%
Investimento de Carteira	3.864	10.043	13.822	17.331	9.308	-46,3%
Activos	-6.602	-7.988	-12.363	-8.019	-17.793	121,9%
Passivos	10.466	18.031	26.185	25.350	27.101	6,9%
Outro Investimento	5.548	3.983	3.083	-775	2.456	s.s.
Activos	-13.652	-11.634	11.730	4.263	4.902	15,0%
Passivos	19.200	15.617	-8.647	-5.038	-2.446	-51,4%
Derivados Financeiros	-220	173	251	384	121	-68,5%
Activos de Reserva	1.919	713	-79	-225	125	s.s.
Erros e Omissões	239	142	-634	-993	740	s.s.

Dados provisórios expressos em milhões de euros (m.e.); s.s. – sem significado.

Fonte: Banco de Portugal.

Nota prévia: a análise evolutiva das várias rubricas da Balança de Pagamentos deve ser feita com especial cautela, atendendo ao carácter provisório dos dados e à disparidade de valores da componente "erros e omissões" nos períodos em confronto, esperando-se a sua redução e redistribuição pelas outras componentes da Balança de Pagamento.

Segundo informação preliminar do Banco de Portugal, o défice da Balança Corrente nacional recuou 24% em termos homólogos de Janeiro a Novembro de 2009, situando-se em 13967 m.e.. Este comportamento traduziu a atenuação do saldo negativo das balanças de mercadorias e de rendimentos (em 4264 e 1223 m.e., respectivamente), que se sobrepôs à descida dos excedentes das rubricas de serviços (em 587 m.e.) e transferências correntes (em 477 m.e.).

No caso da Balança de Capital, a evolução caracterizou-se por uma descida significativa do saldo positivo (42,4%, para 1306 m.e.), que traduz, de forma aproximada, as entradas líquidas de fundos comunitários. O défice conjunto das balanças correntes e de capital reduziu-se 21,5%, para 12661 m.e..

Esta atenuação das necessidades de financiamento da economia ficou expressa no recuo do saldo positivo da Balança Financeira (em 5195 m.e.), com origem na componente de investimento de carteira e, em menor medida, na de investimento directo líquido. A evolução do investimento de carteira foi determinada por um aumento dos activos superior ao dos passivos sobre o exterior, enquanto a quebra do investimento directo líquido resultou de uma descida mais forte do fluxo de entrada do que de saída de capital. Em sentido contrário, embora insuficiente para contrariar a evolução daquelas duas rubricas, destaca-se a recuperação do saldo positivo de “outro investimento”, associada ao menor pagamento de passivos e, em menor grau, à venda acrescida de activos. **Conforme esperado, o maior recurso ao crédito de maturidades curtas,** visível no confronto do passivo de investimento de carteira e “outro investimento”, **e consistente com as dificuldades de financiamento que marcaram uma boa parte de 2009, atenuou-se no final do ano.** Isto acontece não só devido à progressiva normalização das condições nos mercados de crédito, mas pela comparação passar a incluir os últimos meses de 2008, já marcados por fortes dificuldades de financiamento dos bancos.

PRINCIPAIS SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ECONOMIA**Economia Internacional:**

www.boj.or.jp/en (Banco do Japão)
www.ecb.int (Banco Central Europeu)
www.bloomberg.com (agência noticiosa Bloomberg)
www.bea.doc.gov (*Bureau of Economic Analysis* - EUA)
www.bls.gov (*Bureau of Labor Statistics* - EUA)
www.census.gov (*Census Bureau* - EUA)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
www.conference-board.org (Instituto *Conference Board* - EUA)
www.cbo.gov (*Congress Budget Office* - EUA)
www.esri.cao.go.jp/en (*Economic and Social Research Institute* - Japão)
<http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/> (Eurostat)
www.federalreserve.gov (*Federal Reserve* - EUA)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.stat.go.jp/english (Gabinete de Estatística japonês)
www.mof.go.jp (Ministério das Finanças japonês)
<http://metalsplace.com> (notícias sobre metais)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)
http://europa.eu.int/index_pt.htm (Portal da União Europeia)
<http://finance.yahoo.com> (Secção Financeira do Yahoo)
<http://metalsplace.com> (sítio especializado em notícias sobre metais de base)

Economia Nacional:

www.bportugal.pt (Banco de Portugal)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
www.cmvm.pt (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários)
www.dre.pt (Diário da república Electrónico)
www.dgo.pt (Direcção-Geral do Orçamento – Ministério das Finanças)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.gpeari.min-financas.pt (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais – Ministério das Finanças)
www.ine.pt (Instituto Nacional de Estatística)
www.min-economia.pt (Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)

www.portugal.gov.pt/ (Portal do Governo)

www.incentivos.qren.pt (Sistemas de incentivos – QREN)